FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ENGENHEIROS

O Cresce Brasil e o PAC

Uma análise comparativa entre o projeto de desenvolvimento dos engenheiros e o Programa de Aceleração do Crescimento

CRESCE BRASIL
+ENGENHARIA +DESENVOLVIMENTO

www.crescebrasil.com.br

A luta social pelo desenvolvimento

O desenvolvimento nacional tem sido bandeira histórica dos engenheiros brasileiros, que defendem a implementação de um projeto sustentável que leve à inserção soberana do Brasil na globalização, assim como à inclusão social e ao bem-estar de toda a população. O que se viveu no país nos últimos 26 anos, no entanto, foi o exato oposto disso. Planejamento e investimentos públicos foram esquecidos, o neoliberalismo e a ideologia do Estado mínimo concorreram contra a infra-estrutura nacional e os serviços essenciais, muito embora, contraditoriamente, tenham sido elevadas a dívida pública e a carga tributária.

Como resposta a essa situação insustentável, a FNE lançou, em 2006, o projeto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento, publicado em manifesto com o mesmo título e disponível na Internet (www.crescebrasil.com.br). O debate percorreu as cinco regiões do Brasil, recebendo colaborações de milhares de profissionais e dando voz ao principal anseio da sociedade brasileira: é preciso voltar a crescer, escapar à asfixia do encolhimento econômico. O documento foi entregue a todos os candidatos ao Executivo na eleição passada, inclusive ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a integrantes de seu ministério, após o resultado das urnas, e neste ano foi apresentado ao Congresso Nacional.

Acreditamos assim que o Cresce Brasil tem sido peça importante para a mudança da correlação de forças no país. De uma situação de imobilismo e perplexidade, evolui-se para a mobilização por alterações na economia. O projeto dos engenheiros antecedeu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), lançado em janeiro último, não por acaso, mas sim como parte da expressão dessa vontade da sociedade de que haja mudanças efetivas em benefício da maioria.

O projeto dos engenheiros antecedeu o PAC, lançado em janeiro último, não por acaso, mas sim como parte da expressão dessa vontade da sociedade de que haja mudanças efetivas em benefício da maioria

A engenharia, bem como vastos segmentos do povo brasileiro, recebeu o PAC com otimismo e espera que o governo o execute. Há muitas semelhanças entre suas propostas e as do Cresce Brasil. Há também diferenças, pois esse último é mais ambicioso. Neste documento, a FNE apresenta a comparação entre o programa governamental e o manifesto dos engenheiros. Espera assim contribuir para que as proposições do PAC sejam uma realidade e que, no seu processo de implantação, surjam outros programas que promovam ações capazes de um desenvolvimento integral, sustentável e soberano.

Murilo Celso de Campos Pinheiro
Presidente da FNE

2202

Índice

- Cresce Brasil: uma proposta coerente dos engenheiros brasileiros 7
- O Programa de Aceleração do Crescimento 10
- A reação da sociedade brasileira ao PAC 14
- O Cresce Brasil e o PAC 16
- Capital especulativo: o inimigo do desenvolvimento 18
- A prioridade nacional 19

- Anexos

I - Comparação sintética entre o Cresce Brasil e o PAC 20

II - Síntese das propostas do Cresce Brasil 26

III - Síntese do PAC 44

IV - Legislação do PAC 71

- Bibliografia 72

Água Branca

Cresce Brasil: uma proposta coerente dos engenheiros brasileiros

A FNE (Federação Nacional dos Engenheiros) dedicou parte importante de suas energias em 2006 para o debate e a proposição de prioridades para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil, processo denominado Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Foram realizados encontros de engenheiros em 14 cidades, capitais do Brasil e no Interior no Estado de São Paulo, para desenvolver idéias, analisar propostas e obter consensos que pudessem colaborar com a sociedade e os governos brasileiros na definição de estratégias práticas para superar a estagnação que há 26 anos vem minando nossas forças e potenciais, levando a uma situação insuportável de barbárie social.

A taxa de crescimento anual deve atingir os 6% para gerar os empregos necessários à inclusão da população economicamente ativa

As ações do Cresce Brasil culminaram no VI Conse (Congresso Nacional dos Engenheiros), realizado entre os dias 13 e 16 de setembro de 2006, quando os engenheiros brasileiros aprovaram um conjunto expressivo e consistente de propostas. De início, apontam a elevação anual da taxa de crescimento do PIB em 6% como condição para gerar 2 milhões de empregos que incluam a população economicamente ativa ao mercado de trabalho formal. Esse crescimento deve seguir dois eixos norteadores que promovam uma melhor estrutura social e econômica do país, a saber:

1) o fortalecimento do mercado interno através do estímulo ao macrossegmento da construção civil, aplicado ao desenvolvimento urbano, gerando empregos e reativando a indústria;
2) a integração socioterritorial do país e do continente sul-americano, o que deve ser alcançado através do atendimento das demandas por infra-estrutura, desenvolvimento urbano, transporte, energia, recursos hídricos e meio ambiente e comunicações.

Projetos para a infra-estrutura

Em desenvolvimento urbano, o Cresce Brasil propõe a construção de habitações dispondo, no mínimo de luz, água potável e esgoto, possibilitando a ativação da demanda em todo o espectro industrial; bem como a implementação de projetos de transporte urbano de alta capacidade nas regiões metropolitanas (metrô, ferrovia, corredores de ônibus). Conclama o governo para cumprimento das metas e do investimento previsto no programa para o setor de saneamento.

Em energia, indica a construção de grandes hidrelétricas (especialmente, as do Rio Madeira e Rio Xingu), bem como de médias e pequenas (PCHs) usinas

hidrelétricas; ampliação da rede de transmissão; a conclusão de Angra 3 e continuidade do programa de geração de energia nuclear. Afirma a prioridade aos biocombustíveis e o aumento da produção de petróleo e gás, distribuído por gasodutos a serem construídos.

Em transporte, propõe a recuperação, duplicação e construção de rodovias nas cinco regiões; a conclusão das ferrovias Transnordestina e Norte-Sul, além de trechos de outras ferrovias prioritárias; a remodelação dos portos; a ampliação do potencial hidroviário, além de necessárias medidas complementares em estradas vicinais e armazenamento.

Em recursos hídricos, considera fundamental resolver a questão da transposição de águas entre e nas bacias dos Rios Tocantins e São Francisco, sem prejudicar a geração de energia, a irrigação e a navegação; além de prover água potável para o semi-árido, inclusive com a recuperação das barragens e açudes da região.

Em telecomunicações, é de suma importância a universalização, que não pode ser restringir à telefonia fixa. Para tanto, devem ser utilizados os recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), conforme previsto em lei. Deve-se levar em consideração a convergência empresarial e tecnológica para uma política industrial. A introdução da TV digital deve ser aproveitada como uma oportunidade para se expandir toda uma cadeia produtiva de equipamentos, componentes e conteúdos.

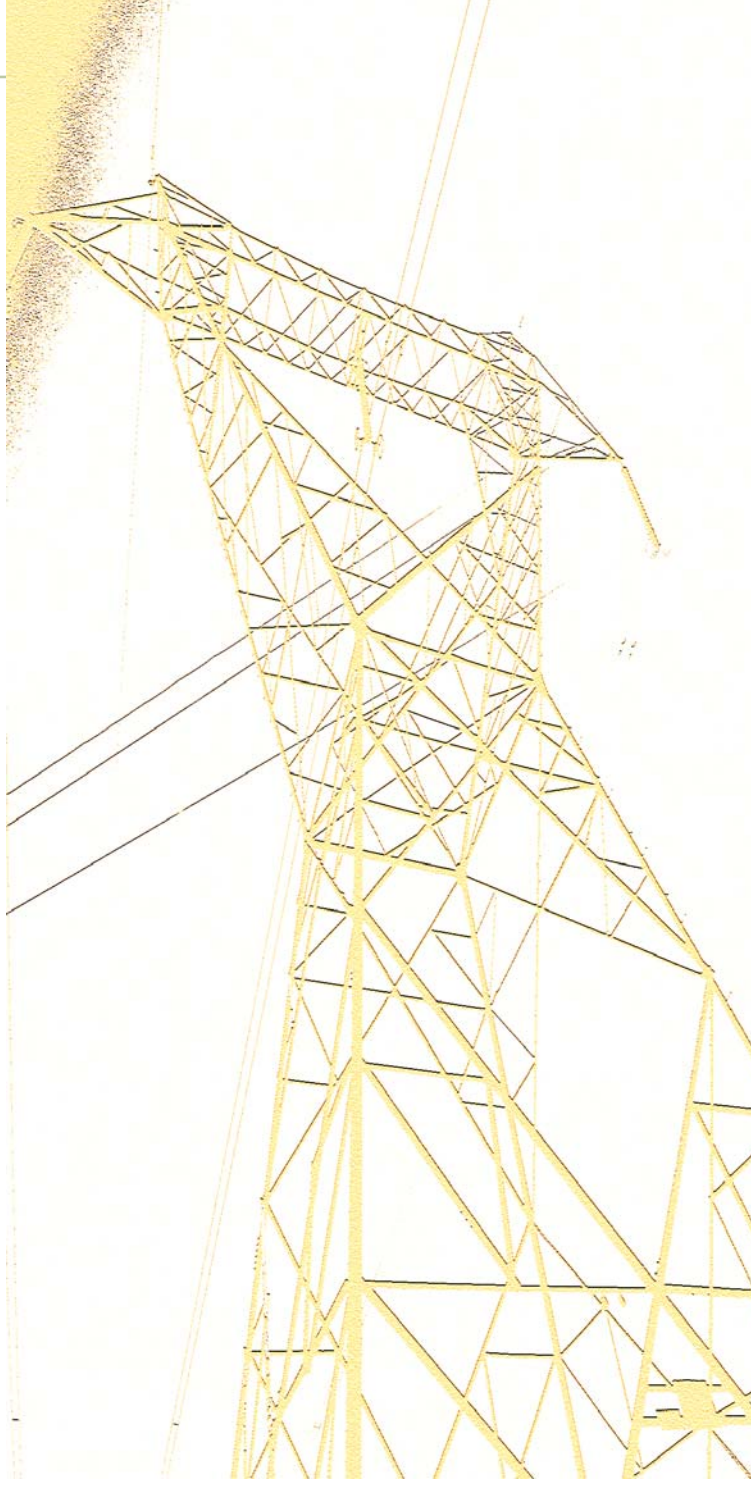
Recuperar a infra-estrutura de transportes é essencial para conseguir eficiência econômica.

Outras ações são indicadas pelo Cresce Brasil em ciência, tecnologia e engenharia, bem como em agronegócios. Apresenta propostas que visam o desenvolvimento científico, tecnológico e a inovação em bens de capital, agropecuária, biotecnologia, tecnologia digital, aeroespacial, saúde e biossegurança e sustentabilidade dos biomas brasileiros. Essas são ações que estimulam novas cadeias produtivas, criam empregos de melhor qualidade, permitem acessar novos mercados, preservam o meio ambiente e propugnam pela exploração não-predatória dos recursos naturais e garantem o domínio do país em tecnologias fundamentais para a competitividade da indústria brasileira *(ver anexo II)*.

Um movimento permanente

Logo após a realização do VI Conse, a FNE entregou em mãos o manifesto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento aos candidatos a presidente e governadores nas eleições 2006. Esse gesto expressou a determinação da entidade de dar continuidade ao Cresce Brasil, passando a cobrar dos governantes a implantação de projetos que viessem ao encontro de suas resoluções. Ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, então candidato à reeleição, o documento foi entregue no dia 22 de outubro.

O Cresce Brasil é um movimento permanente de mobilização dos engenheiros, da engenharia e da sociedade brasileira para debater, propor, pressionar e acompanhar o desenvolvimento nacional. O Cresce Brasil está munido de idéias, propostas, vontades, determinações e empenho para fazer elevar as taxas de crescimento econômico, fortalecer o mercado interno, integrar o território e a sociedade, melhorando substancialmente a infra-estrutura do país e do continente.



O Cresce Brasil tem um significado muito importante para o avanço da democracia brasileira, pois está colaborando decisivamente para a mudança na correlação de forças políticas do país. Antes marcada pelo imobilismo e pela sujeição da política à economia, agora evolui para a participação da sociedade na definição dos rumos da economia brasileira, buscando submeter a política econômica ao interesse nacional.

O Programa de Aceleração do Crescimento

Principal anseio da sociedade, a retomada do crescimento, com os devidos investimentos na infra-estrutura nacional, foi também a promessa dos candidatos nas eleições de 2006. Não foi diferente com o Presidente Lula, que, portanto, sem tergiversar, deveria agora cuidar do desenvolvimento. Se o primeiro mandato, com afirmou Lula, foi dedicado a colocar "ordem na casa", o que exigiu enormes sacrifícios dos trabalhadores e da população em geral, que amargaram mais quatro anos de estagnação, no segundo mandato, a dependência externa e a inflação não constituem mais obstáculos à expansão econômica. De devedor externo, o país passou a credor e a inflação está abaixo da meta estabelecida e sob controle. Estavam, portanto, dadas as condições para o avanço, que deveria começar pela infra-estrutura, com forte e decisivo investimento público. Outra questão posta em debate foram os juros altos e a financeirização da economia, grandes entraves à atividade produtiva.

Em 22 de janeiro de 2007, 21 dias após a posse do novo governo, o Presidente lançou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) numa ampla reunião com os governadores, presidentes e líderes dos partidos, declarando que o programa é a principal aposta do seu segundo mandato.

O PAC tem como ponto de partida fundamentos econômicos de estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e estabilidade externa. Assim, prevê crescimento anual do PIB de até 5%, redução gradual da taxa básica de juros, bem como da dívida pública em relação ao PIB (*ver tabela 1*).

Trata-se de um programa abrangente, complexo e composto de medidas muito diversas, considerando diversos aspectos legais, fontes de financiamento, subsídios, modelos de contrato, gestão etc. Destacam-se:

- implementação de 353 projetos de médio e grande porte *(ver anexo III)*;
- metas físicas e financeiras detalhadas

Tabela 1

Cenário do PAC

	2007	2008	2009	2010
Taxa Selic nominal	12,2%	11,4%	10,5%	10,1%
Taxa de inflação	4,1%	4,5%	4,5%	4,5%
Taxa de crescimento real do PIB	4,5%	5,0%	5,0%	5,0%
Resultado primário em % do PIB	4,25%	4,25%	4,25%	4,25%
PPI em % do PIB	0,50%	0,50%	0,50%	0,50%
Resultado nominal do PIB	-1,9%	-1,2%	-0,6%	-0,2%
Dívida líquida do setor público em % do PIB	48,3%	45,8%	42,9%	39,7%

por região e estado, bem distribuídas;
- metas e investimento escalonadas em curto (2007), médio (até 2010) e longo (2020) prazos;
- a maior parcela dos recursos advém do Orçamento Geral da União e de estatais;
- estímulo ao crédito por meio de financiamentos habitacionais e de infra-estrutura através da CEF (Caixa Econômica Federal) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), utilizando-se de recursos do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador);

Apresentado como principal aposta do segundo governo Lula, o PAC tenta ser uma resposta à reivindicação da sociedade pelo desenvolvimento

- medidas de desoneração e desburocratização, ainda insuficientes, mas que devem garantir alguns avanços. Estima-se que essas desonerações atinjam R$ 6,6 bilhões em 2007 e R$ 11,5 bilhões em 2008;
- compromisso com equilíbrio fiscal, contendo gastos de pessoal da União;
- regra para o reajuste do salário mínimo até 2023: a partir de 2008, o aumento levará em conta a inflação mais o PIB de dois anos anteriores;
- criação de um fórum para debater com a sociedade saídas que equilibrem receita e despesa do sistema previdenciário e de assistência social, dentre outras medidas;
- criação do Comitê Gestor do PAC, com a finalidade de coordenar a
- implementação do programa, e o Grupo Executivo do PAC, com a finalidade de estabelecer metas e acompanhar sua implementação.

O programa busca adequar a infra-estrutura a um crescimento vigoroso, prevendo investimentos de mais de R$ 500 bilhões até 2010, distribuídos em obras nos setores de energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis); infra-estrutura econômica e social (saneamento, habitação, programa Luz para todos, recursos hídricos e metrôs) e logística (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos). A energia é a maior destinatária dos recursos (54%), seguida pela infra-estrutura social e urbana (34%) e logística (12%) (*ver tabela 2*).

Apenas 14% dos recursos são oriundos do Orçamento da União, sendo o restante dividido em partes iguais entre empresas estatais e privadas. Os recursos para o PPI (Programa Piloto de Investimentos) serão elevados de 0,2% do PIB (R$ 4,9 bilhões) para 0,5% (cerca de R$ 11 bilhões) neste ano. O PPI, no qual entram os projetos considerados prioritários, é um tipo de investimento público que permite ao governo pagar menos juros da dívida.

Tabela 2

Previsão de investimento em infra-estrutura (2007–2010) – (R$ bilhões)

Eixos	2007	2008–2010	Total
Logística	13,4	44,9	58,3
Energética	55,0	219,8	274,8
Social e urbana	43,6	127,2	170,8
Total	112,0	391,9	503,9

Tabela 3

Previsão de investimento regional em infra-estrutura (2007–2010) – (R$ bilhões)

Região	Logística	Energética	Social e urbana	Total
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional*	28,4	101,7	50,4	180,5
Total	58,3	274,8	170,8	503,9

* Projetos de característica nacional que não estão localizados em uma única região.

O plano apresenta metas físicas e financeiras detalhadas por Estado e região, além daqueles que extrapolam as fronteiras regionais (*ver tabela 3*).

PAC logística

Em infra-estrutura logística, os objetivos são o aumento da eficiência produtiva em áreas consolidadas; a indução ao desenvolvimento em áreas de expansão agrícola e mineradoras; a redução das desigualdades regionais em áreas deprimidas e a integração regional sul-americana (*ver tabelas 4 e 5*).

Tabela 4

Os investimentos previstos em infra-estrutura logística até 2010 – (R$ bilhões)

Rodoviário	33,4
Ferroviário	7,9
Portuário	2,7
Aeroportuário	3,0
Hidroviário	0,7
Marinha mercante	10,6
Total	58,3

PAC energia

Em infra-estrutura energética, as premissas são garantir a auto-suficiência sustentada no longo prazo (mínimo de 20%

Tabela 5

Metas físicas em logística até 2010 (em km)

Rodovias	45.337 (investimento público responsável por 42.090) Obras de recuperação: 32.000 Construção: 6.876 Adequação/duplicação: 3.214
Ferrovias	construção de 2.518 (investimento privado responsável por 2.307)
Portos	ampliação e modernização de 12 portos
Hidrovias	67 portos e 1 eclusa
Aeroportos	remodelação e ampliação de 20 aeroportos

de produção acima do consumo nacional, garantir reservas mínimas de 15 anos, aumento da produção de óleos leves); ampliar e modernizar o parque de refino (aumento do processamento do petróleo nacional, melhoria da qualidade do combustível, com benefícios ambientais); acelerar a produção e a oferta de gás nacional; assegurar a liderança do Brasil na área de biocombustíveis *(ver tabelas 6 e 7)*.

Tabela 6

Investimentos previstos em infra-estrutura de energia até 2010
(R$ bilhões)

Geração de energia elétrica	65,9
Transmissão de energia elétrica	12,5
Exploração e produção de petróleo	93,4
Refino e transporte de petróleo e petroquímica	45,2
Produção e distribuição de gás natural	40,4
Produção e distribuição de combustíveis renováveis	17,4
Total	274,8

Tabela 7

Principais metas físicas em infra-estrutura de energia até 2010

Geração de energia elétrica	12.386MW
Transmissão	13.826MW
Exploração de petróleo (aumento de reservas)	800 milhões de barris de óleo/ano
Produção (auto-suficiência)	2,6 milhões de barris/dia
HBIO	425 mil m^3/ano de óleos vegetais no refino
Gás natural	55 milhões de m^3/dia
Gasodutos	4.526km
Biodiesel	3,3 bilhões de litros/ ano (46 novas usinas)
Etanol	23,3 bilhões de litros/ ano (77 novas usinas)
Alcoolduto/poliduto	1.150km de dutos

PAC desenvolvimento urbano e social

Tabela 8

Investimento até 2010
(R$ bilhões)

Luz para todos	4,4
Saneamento	31,2
Habitação	78,8
Metrôs	3,1
Recursos hídricos	12,7
Total	130,2

Tabela 9

Metas físicas

Luz para todos	5,2 milhões de pessoas
Saneamento	22,5 milhões de domicílios
Habitação	4 milhões de famílias
Habitação SBPE	600 mil famílias
Recursos hídricos	23,9 milhões de pessoas
Metrôs	609 milhões de passageiros/ano

A reação da sociedade brasileira ao PAC

O PAC tem sido entendido por grande parte dos analistas e do empresariado como um plano que devolveu ao país a urgência do crescimento e que o governo acerta ao se esforçar por aumentar seus investimentos em infra-estrutura, mantendo a estabilidade. Nesse aspecto, são quase unânimes os aplausos dos setores produtivos à iniciativa de dar fim à inércia da máquina governamental.

Muitos entendem que o plano veio em boa hora, pois a economia brasileira estaria preparada para ele, diferentemente do que se passava quatro anos atrás. Segundo esses, a economia nacional está mais sólida, pois o endividamento externo público praticamente desapareceu e o privado está caindo; a dívida interna também está regredindo e os prazos de pagamento mais alongados; além de o país contar com reservas internacionais em torno de US$ 100 bilhões, lembrando que há quatro anos o governo brasileiro precisava recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional).

> O programa foi bem recebido pela maioria, mas é considerado insuficiente e há dúvidas quanto à capacidade do governo de executá-lo

No entanto, há também críticas ao PAC, que apontam sua insuficiência para efetivamente destravar a economia brasileira, que hoje se situa no ranking das que menos crescem no mundo e tem a pior perfomance dentre os países emergentes. Muitos ainda acreditam que, com a atual carga tributária, dificilmente o Brasil pode crescer mais que 4% ao ano, pois o governo tira do setor privado boa parte dos recursos que poderiam ir para investimento e consumo. Segundo esses, as desonerações prometidas pelo PAC também não resolvem a questão.

Não são poucos os que entendem haver uma antinomia entre o PAC e as políticas cambial e monetária. O programa não toca a fundo na questão monetária e nos altíssimos *spreads* bancários que o Banco Central pratica há mais de dez anos, com taxas de juros seis vezes maiores que a de países emergentes com inflação semelhante à do Brasil. O impacto fiscal dessa política atingiu R$ 176 bilhões, ou seja, 8,8% do PIB por ano, como média nos últimos dez anos; constituindo-se o pagamento de juros a maior despesa do setor público, praticamente inviabilizando o investimento produtivo do Estado. A taxa de juros vem caindo, mas aquém do necessário para fazer com que os projetos de investimento saiam da gaveta.

Há ainda preocupações quanto à capacidade do governo de gerir o programa, com muitas cadeias de comando que dificultam agilizar decisões. Duvida-se que a administração pública possa superar os entraves ambientais que paralisam há tempos a execução de vários projetos, assim como da capacidade estatal de fazer o acompanhamento rigoroso das obras.

A retomada do desenvolvimento é a grande reivindicação da sociedade após 26 anos de estagnação e desemprego.

Não são poucas as preocupações quanto ao consumidor ter de arcar com elevadas tarifas devido à taxa de retorno exigida pelos altos investimentos. Há também receios com a formação de cartéis, driblando a concorrência nos leilões, e a falta de transparência nos contratos de concessões e de parcerias público-privadas.

Há uma forte inconsistência no PAC ao se comprometer com a manutenção da despesa de pessoal da União. Como crescer sem que se fortaleça a competência técnica e de gestão do Estado? As centrais sindicais e o funcionalismo público questionam fortemente a medida e a classificam como "um tiro no próprio pé do PAC".

O fato é que o PAC está sendo debatido, o que é uma boa reação, pois a sociedade brasileira padeceu na estagnação, especialmente na década de 1990, de uma considerável apatia diante dos problemas nacionais. Confiou que os governantes eleitos fizessem o melhor. Porém, muitas vezes, a gestão econômica do país traiu o resultado das urnas. Agora, menos iludidos e mais sofridos, os segmentos sociais interessados no crescimento e no desenvolvimento, que constituem a grande maioria dos brasileiros, devem se mobilizar no debate, na crítica, no acompanhamento e na correção dos projetos de desenvolvimento nacional.

O Cresce Brasil e o PAC

O Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e o PAC são programas de distintas naturezas. Enquanto o primeiro é um programa de mobilização dos engenheiros, da engenharia e da sociedade brasileira em prol do desenvolvimento, o segundo é uma peça de planejamento governamental, portanto, com detalhamentos que não caberiam a um movimento como o Cresce Brasil. Nesse sentido, eles são incomparáveis, mas podem ser comparados no principal que são o foco, os eixos norteadores, os objetivos e os projetos mais importantes *(ver anexo III)*.

Programas de naturezas distintas, a proposta dos engenheiros e a lançada pelo governo têm várias convergências e os mesmos eixos norteadores

A começar, aos olhos do Cresce Brasil, o PAC não é um programa estatizante. É sim a reversão da política neoliberal de Estado mínimo que levou à falta de planejamento e à brutal queda de investimento público na infra-estrutura. A recuperação e a ampliação da infra-estrutura demandam fortemente a empresa privada através da indústria de construção civil, metal-mecânica, eletroeletrônica, hidráulica, dentre muitas outras. Os projetos do PAC são intensivos em capital e em mão-de-obra, gerando grande quantidade de empregos com alta e baixa qualificação. Modificam a natureza e apresentam longo período de maturação. Por isso, o planejamento deve ser exaustivo e definidor para que as várias condicionantes que cercam o projeto não se exacerbem a ponto de criar várias distorções na sua real concepção. Quanto ao investimento estatal, o PAC não será ainda suficiente para recuperar os níveis anteriores, que foram de 5% do PIB no tempo em que a carga tributária era 25%, enquanto hoje não chega a 1% do PIB com uma carga tributária de 38%.

O PAC pretende implementar uma série de projetos que vão ao encontro, em grande medida, do que o Cresce Brasil propõe para o país. Em primeiro lugar, ambos partem de que é preciso elevar o PIB a taxas maiores do que as atuais; apesar de o Cresce Brasil propor 6% em média, frente à meta mais modesta do PAC de atingir 4,5%, em 2007, e 5% ao ano, de 2008 a 2010. Em segundo lugar, ambos indicam o investimento em infra-estrutura como aquele que melhor integra o país e desenvolve a economia nesse momento. Em terceiro lugar, afirmam a integração do continente. Em quarto, elegem os mesmos objetivos setoriais em transporte, energia e desenvolvimento urbano.

Chama atenção a distribuição equilibrada dos investimentos do PAC pelas regiões, garantindo-se a continuidade do crescimento econômico no Sul e Sudeste e proporcionando ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste grandes avanços na constituição de uma infra-estrutura que os melhor integre entre si e ao restante do país. A integração das diversas regiões deve ser realizada por significativos projetos de abrangência nacional. Muitos dos projetos nacionais e regionais permitirão uma melhor integração do país ao continente.

Quanto à localização dos projetos de obras e instalações, o Cresce Brasil não pretende ter uma definição exata das prioridades, atendo-se na indicação das principais. Em transportes, a

convergência das obras indicadas pelo Cresce Brasil e as intervenções pretendidas pelo PAC são bastante positivas. Em energia, também há expressiva confluência, como, por exemplo, a construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira e em Belo Monte e a instalação das linhas de transmissão para interligá-las aos centros consumidores; além de muitas outras intervenções que aliviam significativamente o risco de o país não ter abastecimento suficiente de energia a médio e longo prazos. Infelizmente, o PAC não prevê a conclusão de Angra 3 e a continuidade necessária do programa nuclear brasileiro. O programa de produção e distribuição de biocombustíveis deve garantir a liderança do Brasil no setor, o que propiciará impacto positivo na agricultura e em menor nível de poluição urbana, o que é perseguido com ênfase pelo Cresce Brasil.

Em desenvolvimento urbano, os projetos do governo não são suficientes para dar conta da situação caótica das grandes cidades, mas avançam consideravelmente na construção de habitações, no saneamento básico, no programa Luz para todos e na implantação de transportes urbanos de alta capacidade em algumas regiões metropolitanas. O setor da construção civil será bastante impulsionado, o que é de suma importância para gerar empregos e ativar a demanda industrial.

Em recursos hídricos, o PAC não é tão abrangente quanto o Cresce Brasil, mas atende parte considerável do que foi proposto pelos engenheiros brasileiros, notadamente na região Nordeste.

O programa do governo federal não abrange amplamente a questão das comunicações, que para o Cresce Brasil é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento; limitando-se o PAC ao estímulo ao setor com desonerações tributárias para os semicondutores, TV digital e computadores. Essa é uma limitação e uma incoerência do

> Mais ambicioso, o Cresce Brasil propõe crescimento de 6% ao ano e trata de temas não abordados pelo PAC, como C&T e agronegócio

PAC, pois a convergência empresarial e tecnológica em curso é uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento de uma política industrial e tecnológica para o país. A inclusão informacional dos setores excluídos não avança com o PAC, o que ainda pode acontecer se destravados os recursos do Fust previstos em lei para essa finalidade.

O PAC também não abarca a ciência e tecnologia como propõe o Cresce Brasil, e não indica o que se espera do setor no desenvolvimento que pretende implementar. A falha é lamentável, pois desenvolvimento com sustentabilidade e autonomia deve ter ênfase no avanço científico e tecnológico nacional.

O PAC também não aborda o agronegócio, como faz o Cresce Brasil, mas é preciso considerar nesse aspecto que a infra-estrutura em logística atende importante demanda do agronegócio, bem como os projetos de infra-estrutura hídrica no Nordeste, além de apresentar excelentes oportunidades aos agricultores na produção de matéria-prima para biocombustíveis. Porém, isso não é suficiente, pois o agronegócio tem muitas outras dimensões a serem cuidadas.

Apesar dessas restrições, o Cresce Brasil deve se empenhar para que o PAC seja efetivamente implantado, pois o cumprimento das suas metas físicas e financeiras abre perspectivas de crescimento econômico e social sem precedentes nos últimos 26 anos, o que é de grande relevância para o desenvolvimento da engenharia nacional, bem como para os demais setores produtivos do país.

Capital especulativo: o inimigo do desenvolvimento

Há uma correlação de forças políticas no Brasil que garante e privilegia o rentismo e a financeirização parasitária do país. Ao invés de aproveitar a farta liquidez internacional para a produção, o país permite que capitais especulativos entrem virtualmente no território brasileiro para engordar a custa do trabalho dos brasileiros. Trabalho esse transferido ao governo em forma de tributos e por esse aos especuladores em forma de juros. Muitos desses capitais são tomados emprestados em outros países, especialmente os EUA, nos quais os juros são mais baixos, deslocando-se para aqui aproveitar as altas taxas garantidas pelo Banco Central.

> A abertura indiscriminada à movimentação financeira e o favorecimento ao rentismo têm sido obstáculos à atividade produtiva e ao crescimento

Não se trata de se posicionar contra o capital financeiro, pois o crédito e os mercados de capitais são decisivos para a acumulação produtiva. Contudo, o sistema financeiro e de crédito no Brasil, principalmente após a abertura da conta de capitais e da desregulamentação financeira, não está contribuindo com a produção e sim com o retrocesso industrial e tecnológico. Portanto, se não corrigida, essa deformação derrubará o PAC, a exemplo das muitas outras vezes em que as finanças atuaram contra o desenvolvimento brasileiro.

Poucos países emergentes têm uma combinação de câmbio e juros tão hostil ao desenvolvimento e tão favorável ao capital improdutivo em busca voraz por alta liquidez e ganho fácil. A valorização da moeda nos moldes praticados hoje pelo Banco Central afugenta do país o capital produtivo, estrangeiro e nacional.

É fundamental ter uma política que proteja o país contra as pressões do mercado financeiro. Com o balanço de pagamentos sob controle, a acumulação de reservas e a inflação abaixo da meta, não faz o menor sentido manter uma política monetária tão apertada, com efeitos nocivos sobre a dinâmica da dívida pública. Como resultado, não sobram recursos no Tesouro para investir no país e desestimula-se a iniciativa privada de fazê-lo.

O caminho para reverter isso é a luta social pelo desenvolvimento. Deve ficar cada vez mais explícita a oposição ao capital especulativo, portanto à combinação perversa de dólar baixo e juro alto. Não se trata de uma questão simples, porque há de se enfrentar o discurso ideológico diário dos *lobbies* financistas na mídia, que espalham medo por meio da desinformação.

O interesse especulativo atende à minoria em se tratando da parcela da população que se beneficia dela, mas é essa parcela que comanda o sistema financeiro e exerce enorme influência sobre a opinião pública. É preciso melhorar a correlação de forças na sociedade brasileira em favor do produtivismo e do desenvolvimentismo, pois isso é o que interessa à maioria.

A prioridade nacional

A luta pelo desenvolvimento no Brasil equivale hoje à luta pela democracia nos anos 80. Ela propicia o avanço do movimento social e da política. O desenvolvimento não é o paraíso, pois ele é cheio de tensões. Há conflitos de diversas naturezas. Há a questão da justiça social que precisa ser alcançada; a ambiental que precisa ser equacionada permanentemente; a da renda que precisa ser melhor distribuída; a do trabalho que precisa ser mais valorizado com remunerações mais dignas; a da ciência e tecnologia nacional que precisam ser mobilizadas; a dos meios de comunicação que precisam ser democratizados; a da violência que precisa ser enfrentada; a questão da educação e a da saúde pública que precisam ser substancialmente melhoradas. Há ainda a questão das mulheres, dos negros, dos índios, da classe média. Todos esses setores, e ainda outros, precisam ter reconhecida a sua contribuição num projeto nacional de desenvolvimento.

Enfim, são muitos os desafios, mas são positivos e podem fazer a democracia brasileira avançar. É melhor reconhecer os conflitos do que escondê-los debaixo do tapete. Parte deles, especialmente os que comprometem o desenvolvimento, podem ser negociados através de um pacto social nacional e democrático que permita implementar um crescimento econômico que garanta resultados sociais e ambientais positivos.

O pacto social para o desenvolvimento não pode ser um acordo das elites em benefício próprio. Trata-se de formular um projeto nacional discutido e negociado num amplo debate, que reúna Estado, empresas, trabalhadores e sociedade civil. Deve resultar de um planejamento estratégico, em que não apenas os objetivos quantitativos tenham importância. Tal projeto deve ser pactuado de forma a se chegar à contratualização dos objetivos e das obrigações dos diferentes parceiros.

O planejamento do desenvolvimento não é um apêndice do planejamento econômico. Deve-se inverter essa relação: o econômico é apenas uma das dimensões do desenvolvimento que, evidentemente, depende do crescimento econômico, mas não é uma resultante imediata dele. O desenvolvimento é, por definição, um conceito pluridimensional com forte componente cultural. O desenvolvimento requer a invenção do futuro, como apregoava Celso Furtado. Não é uma invenção resultante de voluntarismo desenfreado, mas baseada no exercício de um voluntarismo balizado pelo princípio da responsabilidade e inspirado pela esperança.

O desenvolvimento hoje requer um modelo oposto ao excludente e concentrador que aconteceu no passado, que resgate a brutal dívida social brasileira. O essencial é evitar os modos predatórios de utilização da natureza, até mesmo recuperando áreas e recursos já degradados. Portanto, não se trata de não usar a natureza ou de propor o não-desenvolvimento em nome do ambientalismo, mas de se fazer intervenções adequadas. Debater o desenvolvimento é positivo, mas realizá-lo é muito melhor. A engenharia nacional e os engenheiros brasileiros têm muito a contribuir para a sua prática.

ANEXO I

Comparação sintética entre o Cresce Brasil e o PAC

Premissas econômicas

Cresce Brasil	PAC
Crescimento médio anual do PIB em 6%.	Taxa de crescimento real do PIB: 4,5% (2007); 5% (2008); 5% (2009); 5% (2010).
Aumento da taxa de investimento, alavancado pelo investimento público em infra-estrutura.	Previstos investimentos em infra-estrutura de R$ 503,9 bilhões; sendo R$ 67,8 bilhões do orçamento do governo central e R$ 436,1 bilhões provenientes das estatais federais e do setor privado. O aumento do investimento público será assegurado pela elevação da dotação orçamentária do PPI, que subirá de 0,2% do PIB estabelecido em 2006 para 0,5% do PIB, por ano, durante o período de 2007-2010.
Diminuição da taxa de juros para conter despesas com a dívida pública e estimular o crédito e o investimento produtivo.	Diminuição da taxa Selic nominal: 12,2% (2007); 11,4% (2008); 10,5% (2009); 10,1% (2010). Redução da relação dívida pública do setor público em percentual do PIB: 48,3% (2007); 45,8% (2008); 42,9% (2009); 39,7% (2010).

Obs.: As metas do PAC em relação ao PIB deverão ser modificadas em virtude da nova metodologia de cálculo do PIB pelo IBGE.

Princípios norteadores do desenvolvimento

Cresce Brasil	PAC
Fortalecimento do mercado interno através do investimento em habitações ligadas às redes de eletricidade, água e esgoto.	Investimentos em habitação, Luz para todos e saneamento básico.
Integração socioterritorial (interna e sul-americana) através do investimento em infra-estrutura.	O foco é o programa de investimentos em infra-estrutura, com projetos e recursos bem distribuídos em todo o país que permitirão uma melhor integração das cinco regiões e do país ao subcontinente sul-americano.

Setores contemplados

Setores	Cresce Brasil	PAC
Energia	Sim	Sim
Logística	Sim	Sim
Desenvolvimento urbano e social	Sim: habitação, meio ambiente (saneamento básico), recursos hídricos e transporte urbano.	Sim: habitação, energia elétrica, saneamento básico, recursos hídricos, transporte urbano.
Comunicações	Sim	Não, a não ser residualmente através de medidas de desoneração tributária.
Agronegócio	Sim	Não, a não ser indiretamente através de programas de transporte, energia e recursos hídricos.
Ciência e tecnologia	Sim	Não

Infra-estrutura de energia

Modalidade	Cresce Brasil	PAC
Hidrelétricas	Aproveitamento máximo do potencial hidrelétrico do país, especialmente na região Norte, com a construção de grandes hidrelétricas. Indica também usinas de porte médio e PCHs.	Conclusão de usinas e a construção de novas, sendo as de grande potencial gerador localizadas na região Norte. Há projetos de médio porte e também de PCHs nas cinco regiões. A meta física é gerar 12.386MW até 2010 e 27.420MW após esse prazo.
Linhas de transmissão	Ligação das usinas hidrelétricas aos centros de consumo através do sistema interligado.	Construção de 13.826km de linhas de transmissão do sistema interligado.
Energia nuclear	Conclusão de Angra 3 e continuidade do programa de instalação de outras usinas.	Não contempla.
Petróleo	Garantir a auto-suficiência e o aumento das reservas, mas não o seu uso como *commodity*.	Aumento da produção em 2,6 milhões de barris/dia (auto-suficiência) e das reservas em 800 milhões de barris/ano, através da instalação de novas plataformas; ampliação e modernização de refinarias; construção de novas refinarias e petroquímicas e ampliação da frota de petroleiros.
Gás natural	Aumento da produção nacional e construção de gasodutos.	Aumento da produção em 55MM/dia, através da exploração das reservas e da construção de 4.526km de gasodutos.
Bioenergia	Ênfase na produção de biocombustíveis.	Além de 425 mil m^3/ano de óleos vegetais no refino, prevê a produção de 3,3 bilhões de litros/ano de biodiesel (46 novas usinas), 23,3 bilhões de litros/ano de etanol (77 novas usinas) e a construção de 1.150km de dutos.

Infra-estrutura logística

Modalidade	Cresce Brasil	PAC
Rodovias	Construção, pavimentação, adequação/duplicação e recuperação de rodovias em todo o país.	Construção (6.876km), adequação/ duplicação (3.214km) e recuperação (32.000km) e concessões, totalizando intervenções em 52 mil km de estradas rodoviárias.
Ferrovias	Construção, recuperação e reaparelhamento de ferrovias em vários pontos do país.	Construção e recuperação de 2.518km de ferrovias.
Hidrovias	Construção e recuperação de hidrovias em vários pontos do país, especialmente no Norte e Nordeste.	Construção e adequação de 67 terminais hidroviários e construção/recuperação de hidrovias, além da construção das eclusas de Tucuruí.
Portos	Melhoria e ampliação de diversos portos, além de vocacioná-los para a cabotagem com o devido reaparelhamento dos meios de navegação para isso.	Melhoria e ampliação de 12 portos e programa de dragagem nos portos.
Aeroportos	Não contempla.	Melhoria e ampliação de 20 aeroportos.
Dutos	Construção de dutos para transporte de gás e outros combustíveis e cargas.	Construção de gasodutos, alcooldutos e polidutos, através do programa de infra-estrutura de energia.
Marinha mercante	Recuperação do *Lloyd* Brasileiro.	Programa de financiamento da marinha mercante.
Outras intervenções	Desobstruir gargalos em 50 mil km de estradas vicinais e instalação de equipamentos integrados às redes de grande capacidade de transporte.	Não contempla.

Infra-estrutura social e urbana

Modalidade	Cresce Brasil	PAC
Habitação	Garantir uma unidade habitacional para cada família, ligada às redes de eletricidade, água e esgoto.	Habitação para 4,6 milhões de famílias.
Saneamento	Universalização do saneamento como principal medida para melhor qualidade da água e do solo (água, esgoto e lixo).	Saneamento para 22,5 milhões de domicílios, estendendo a rede de água para 86% dos domicílios, esgoto para 55% dos domicílios e destinação adequada do lixo para 47% dos domicílios.
Energia elétrica	Universalização da energia elétrica para todas as habitações.	Luz para todos atendendo 5,2 milhões de pessoas.
Transporte urbano	Transporte de alta capacidade nas regiões metropolitanas e pólos urbanos.	Investimento em transporte urbano de alta capacidade em cinco regiões metropolitanas (Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo).
Recursos hídricos	Água potável no semi-árido, água para o desenvolvimento da agricultura e da industrialização no Nordeste. Transposição do Rio São Francisco sem prejuízo do abastecimento de água e da geração de energia elétrica. Recuperação dos rios Tietê e Paraíba do Sul que abastecem São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.	Revitalização de bacias hidrográficas no Nordeste (São Francisco e Parnaíba). Integração do Rio São Francisco com bacias do Nordeste setentrional. Oferta de água potável no semi-árido. Oferta de água bruta no Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Projetos de irrigação no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.
Melhor qualidade do ar	Diminuir a poluição das regiões metropolitanas através de transporte urbano de alta capacidade; substituição do diesel pelo biodiesel nos transportes públicos; incentivo aos veículos de motor híbrido e elétrico; incentivo aos biocombustíveis; substituição de óleo nas indústrias por gás.	No programa de energia, aumento da produção e distribuição de biocombustíveis e de gás.

Infra-estrutura de comunicações		
Modalidade	**Cresce Brasil**	**PAC**
Telefonia	Universalização da telefonia para 85% das residências e 90% das escolas.	Não contempla.
Internet	Universalização informacional com uso dos recursos do Fust, conforme garantido pela legislação.	Não contempla.
Política industrial e tecnológica	Política industrial-tecnológica para o setor a partir da convergência empresarial e tecnológica em curso. Aproveitar a TV digital para expansão da cadeia produtiva de equipamentos, componentes e conteúdos.	Apenas apoio residual ao setor, através de desonerações tributárias via Programa de Incentivos ao Setor da TV digital, Programa de Incentivos ao Setor de Semicondutores e ampliação de benefícios tributários para microcomputadores.

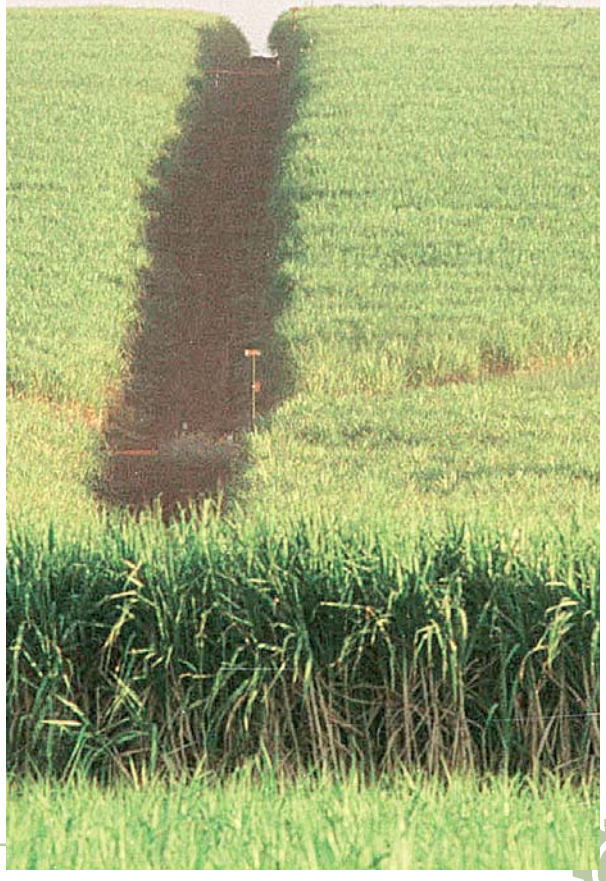
Agronegócio

O Cresce Brasil apresenta uma série de propostas para o agronegócio *(ver anexo II)*, não contemplado pelo PAC, a não ser indiretamente através do programa de infra-estrutura em logística que atenderá a demanda do setor por transporte; do programa de infra-estrutura energética que deverá criar oportunidades para os agricultores na produção de matérias-primas para a geração de biocombustíveis; e do programa de recursos hídricos que aumentará a disponibilidade de água para a agricultura.

Ciência e tecnologia

O Cresce Brasil apresenta um conjunto expressivo de propostas em ciência e tecnologia com o objetivo de assegurar cadeias produtivas estratégicas para o país *(ver anexo II)*. O setor, infelizmente, não foi contemplado pelo PAC.

É preciso evitar que o agronegócio sofra crises cíclicas, garantindo seu papel na economia nacional.



ANEXO II

Síntese das propostas do Cresce Brasil

1 - Elevação das metas de crescimento econômico

O PIB brasileiro, que expressa a soma de todos os bens e serviços produzidos no país durante o ano, precisa crescer de forma sustentada a uma taxa de 6% ao ano para que sejam gerados 2 milhões de empregos formais (com direitos trabalhistas assegurados). Esse é o caminho que deve ser trilhado de modo a garantir a qualidade de vida e trabalho para todos e a inclusão social dos vastos segmentos marginalizados dos benefícios do progresso.

Para alcançar esse objetivo, é necessária a recuperação do nível de investimento que se teve em outras épocas, atingindo-se 25% do PIB. Para tanto, é urgente aumentar a participação pública, garantindo os investimentos na manutenção e recuperação da infra-estrutura existente, bem como a instalação de novos projetos. O desenvolvimento do país não será possível sem que o Estado assuma a liderança no investimento em infra-estrutura, criando ambiente favorável e animando o capital privado, nacional e estrangeiro, a investir produtivamente no Brasil.

2 - Fortalecimento do mercado interno

A inclusão social é o principal referencial do programa de desenvolvimento proposto pelos engenheiros brasileiros. Ela deve ser perseguida através de políticas sociais, mas também pelo aquecimento do mercado interno. É amplamente reconhecida a potencialidade do macrossegmento da construção civil para isso, especialmente quando voltada à habitação.

Melhorar a estrutura urbana, gerar empregos e melhorar a qualidade de vida passa por construir uma unidade residencial adequada para cada família brasileira que, no mínimo, esteja ligada à rede elétrica, seja dotada de serviços sanitários e de infra-estrutura de acesso. Essas obras são as que mais absorvem mão-de-obra, bem como utilizam materiais produzidos localmente, não pressionando a balança comercial. Além disso, geram efeitos encadeados muito importantes com a requisição de máquinas e equipamentos e também de objetos domésticos, reativando a demanda em todo o espectro industrial.

3 - Integração socioterritorial

A integração socioterritorial é objetivo estratégico porque não há condição, no mundo contemporâneo, de o Brasil se desenvolver sem assumir sua própria identidade. Essa é construída e preservada a partir do contínuo espacial. Isso será possível se o país possuir suas próprias redes de transportes, energia e comunicações, e se elas estiverem submetidas ao interesse de sua população, possibilitando a cada cidadão a certeza da mobilidade, da transformação produtiva e da capacidade criativa.

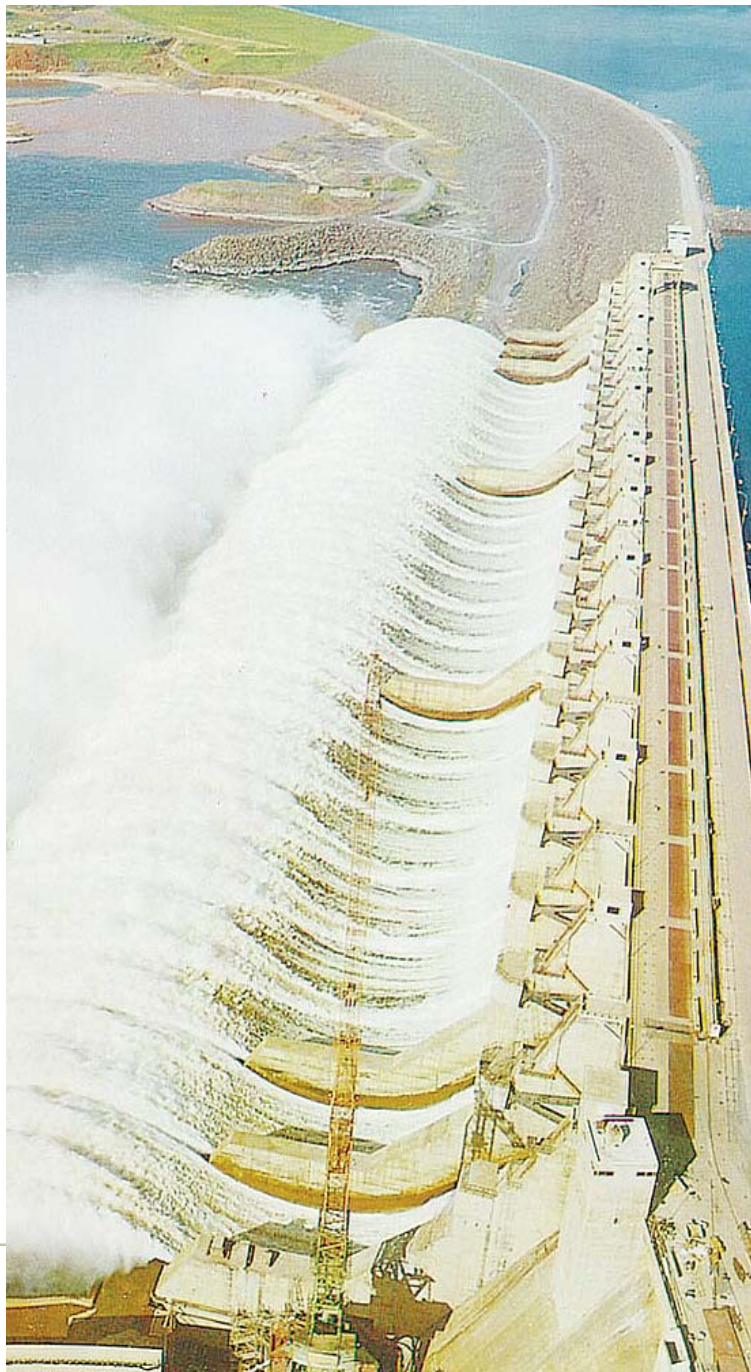
Chamam a atenção, nesse sentido, as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, que precisam ser melhor integradas entre si e com o restante do país. É prioritário para o desenvolvimento do Nordeste o suprimento de água potável para o semi-árido, bem como de recursos hídricos para a continuidade da industrialização e o desenvolvimento da agricultura, piscicultura e floricultura diversificadas. A adequada interligação da região e do Centro-Oeste com os três portos nordestinos (Pecem, Itaqui e Suape) prioriza a conclusão da ferrovia Transnordestina. A conclusão da ferrovia Norte-Sul irá garantir a integração da região Norte, onde é prioritário ainda robustecer o transporte hidroviário, bem como ampliar o equacionamento hídrico, notadamente no Rio Madeira, em que a hidrovia resultante engendrará 1.800 quilômetros de extensão para embarcações de bom calado e 3 mil quilômetros para as de menor porte.

A cooperação sul-americana é caminho decisivo para a inserção internacional do Brasil, em virtude do contexto internacional de crescente polarização dos países e do enorme potencial econômico da região. Tecnologia exige escala. Apesar de o Brasil ser um país com enorme potencial, ter uma população de 185 milhões de pessoas, um mercado dessa dimensão e um território de 8,5 milhões de metros quadrados, o país ainda não tem capacidade de sozinho articular um projeto capaz de conduzi-lo a uma inserção significativa na globalização. Os demais países da América do Sul padecem do mesmo problema. Juntos, têm grande chance de conquistar espaço.

A posição do Brasil no continente sul-americano é ímpar, pois tem limites com quase todos os demais estados nacionais, o que lhe propicia uma posição privilegiada como articulador da integração do vasto território da América do Sul. No entanto, não será possível a cooperação, muito menos avançar na integração, se não houver infra-estrutura que una os países sul-americanos pelo interior do continente, interligando culturas e integrando mercados. Esse parece ser o caminho mais consistente e altivo para a inserção do Brasil na globalização.

O projeto de infra-estrutura da integração sul-americana deve se concentrar em três grandes áreas: transporte, hidráulica e energia. O transporte terá de ser feito por

Para o crescimento de 6% ao ano, a oferta de energia deve aumentar 8%.



água de forma fluvial e marítima, sobre a terra, suportada em redes ferroviárias e rodoviárias, no espaço, por meio aéreo e a interconexão eficiente entre essas redes, com armazéns de cargas e descargas. Não há continente passível de realizar obras hidráulicas no mundo com a importância daquelas que podem ser realizadas no continente sul-americano em virtude da grande quantidade de água doce nos rios da região. Um sistema de energia que tem que ser imaginado de forma comum, interligando acima das fronteiras o potencial disponível.

A integração sul-americana tem duas projeções fundamentais nas ligações rodoviárias do Acre em relação ao Pacífico e do Amapá em relação à Guiana. Em relação ao Mercosul, o Brasil terá que fazer um importante esforço de melhoria do eixo rodoviário que o liga aos seus vizinhos, bem como um esforço ferroviário que deve, a partir de Bauru (SP), modernizar a ligação com o Pacífico, em Arica. O projeto do anel gasífero que ligará a Venezuela à Argentina, atravessando o Brasil, tem magnas implicações para a integração continental e é consensual sua prioridade para o balanço energético futuro do continente. Devem ser aproveitadas as potencialidades de uma interligação elétrica da América do Sul.

4 - Infra-estrutura

Além de garantir a integração, a infra-estrutura deve induzir ao desenvolvimento, já que é o elemento articulador do processo de geração de riqueza. Deve ainda irrigar os espaços congestionados com saídas e canais que possibilitem o livre fluir de mercadorias, permitindo a circulação de bens e serviços e, conseqüentemente, atender as exigências de consumo dos seus cidadãos.

4.1 - Energia

Para o crescimento anual do PIB brasileiro de 6% será necessário ampliar a oferta de energia em torno de 8%, o que significa fazer funcionar a cada dois anos o equivalente a uma Itaipu. Esse desafio só poderá ser vencido com investimentos públicos vultosos e com o aproveitamento das diversas alternativas, não se desprezando nenhumas das fontes de energia disponíveis, porém enfatizando a geração por hidrelétricas e nuclear, bem como programas de bioenergia.

O planejamento energético do país deve ser integrado, buscando a eficiência energética, e de longo prazo, para que os agentes econômicos possam definir suas estratégias industriais de forma segura.

Hidrelétricas

O excelente potencial hidrelétrico do país deve ser explorado ao máximo, equacionando-se a questão ambiental para tanto. As obras em destaque são as usinas projetadas no Rio Madeira (Santo Antônio e Jirau) e no Rio Xingu (Belo Monte). As longas distâncias entre essas usinas e o centro consumidor demandam investimentos consideráveis na ampliação do sistema de distribuição. Portanto, faz-se necessária uma adequada política tarifária do sistema interligado.

Além das usinas no Norte, prioritárias porque irão garantir uma parte expressiva do suprimento nacional, devem ser expandidas usinas médias, na faixa de 500 a 1.000 megawatts, muitas delas paradas por problemas de natureza ambiental, em geral muito simples, que podem ser resolvidos. Esses projetos menores podem ser financiados com recursos do BNDES.

As PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas) são excelente solução porque permitem

distribuir a custos menores, mas há que se considerar que o investimento por megawatt é maior do que nas demais plantas. Mesmo assim elas são importantes fontes complementares.

Energia nuclear

A energia nuclear contribuirá para a estabilização da matriz energética brasileira. A geração de energia nuclear tem 87% de aproveitamento, muito mais produtiva que a hidrelétrica e mais segura quanto à preservação ambiental. O Brasil possui uma das maiores reservas de urânio e tem tecnologia completa para o seu enriquecimento, precisando investir apenas na capacitação industrial. Embora não totalmente nacional, temos bastante competência em tecnologia nuclear. Portanto, faz-se necessário a conclusão da usina Angra 3 e a prospecção de outros empreendimentos.

Bioenergia

O solo, a água e o sol garantem ao Brasil excepcional potencial bioenergético. O etanol brasileiro pode substituir pelo menos 5% do consumo mundial de gasolina. Outros projetos, como o Hbio, com base em óleo vegetal, também deve ser estimulado. Outros vegetais leves poderão ser usados, mas é preciso verificar sua produtividade, bem como a concorrência com a produção de alimentos e a questão ambiental. O Brasil deve conquistar a liderança mundial em biocombustíveis.

Petróleo

A conquista da auto-suficiência em petróleo é o resultado de uma meta perseguida pelo país desde a crise mundial nos anos 70, mas as reservas poderão não ser suficientes numa nova realidade de desenvolvimento econômico, o qual deve evitar o crescimento do consumo dos combustíveis fósseis. É necessário garantir a auto-suficiência a longo prazo, aumentando-se a produção de petróleo, bem como a ampliação da capacidade de refino no país.

Gás natural

O Brasil deve aumentar a produção do gás natural e a sua participação na matriz energética, especialmente para fins industriais, em substituição ao óleo combustível o que, inclusive, permitirá menores níveis de poluição atmosférica. Investimentos devem ser feitos em gasodutos, interligando as diversas fontes brasileiras, localizados em vários pontos do território brasileiro, e o gasoduto da Bolívia. É de importância estratégica para o Brasil e a América do Sul, a construção do gasoduto Venezuela-Brasil-Argentina.

O Brasil deve exercer liderança na área de biocombustíveis.

4.2 - Transporte

Os altos custos do transporte rodoviário impõem a necessidade de implantação de uma nova matriz de transporte no país, dotando-o de infra-estrutura menos onerosa, aproximando-se da intermodalidade existente em países como os Estados Unidos e a Argentina. Portanto, a longo prazo, até 2025, ao invés de manter a relação atual em que a proporção no transporte de cargas é de 60:22:18:3 (rodoviário, ferroviário, aquaviário, dutoviário), o Brasil deve ter uma relação de 20:35:40:5. Dessa maneira, ênfase crescente deverá ser dada aos modos ferroviário e aquaviário de carga.

As principais ações em transporte propostas pelo Cresce Brasil destinam-se a dotar as cinco regiões do país de uma infra-estrutura de transportes que promova irrigação econômica, integração entre mercados e indução ao desenvolvimento.

Irrigação econômica

A atividade de irrigação econômica pressupõe a construção de uma nova passagem viária em área de fluxo saturado ou superar o engarrafamento de canais sobreocupados. Trata-se de uma atividade central para a resolução da matriz de transportes, sendo que suas ações prioritárias localizam-se na região Sudeste, responsável por mais de 50% da produção de transportes no Brasil.

Ações prioritárias

- Recuperação das ferrovias nos trajetos Rio-São Paulo, Rio-Belo Horizonte, Campinas-Triângulo Mineiro-Brasília.
- Recuperação e duplicação dos trechos rodoviários Rio-São Paulo (interligação com o trecho duplicado São Paulo-Queluz); São Paulo-Belo Horizonte; Belo Horizonte-Juiz de Fora-Rio.

Essas ações devem ser acompanhadas de outros investimentos em estradas alimentadoras, terminais e pátios intermodais, armazenagem, terminais portuários especializados etc.

Integração de mercados

A atividade de integração de mercados pressupõe a ligação viária entre os já existentes, de forma a permitir o fluxo de pessoas, bens e mercadorias, dando valor comercial aos excessos de produção em cada mercado.

O Plano Viário Nacional deve ser revisto através de amplo processo participativo envolvendo toda a sociedade brasileira. Apesar disso, é necessário apresentar ao país um conjunto de projetos estruturais a serem realizados no atual governo.

Ações prioritárias

Na ligação Sul/Sudeste

- Duplicação das rodovias que ligam Porto Alegre-Florianopólis-Itajaí-Joinville-Curitiba-São Paulo; reaparelhamento do sistema ferroviário que interliga a região Sul à Sudeste, em especial o corredor São Paulo-Curitiba-Porto Alegre-Uruguaiana, inclusive o trecho Fepasa.

Na ligação Sudeste/Nordeste

- Restauração da BR-116; reaparelhamento do trecho ferroviário Salvador-Belo Horizonte e do ramal Corinto-Pirapora; restauração da navegabilidade no Rio São Francisco, entre Pirapora e Juazeiro/Petrolina.

No litoral Atlântico

- Atuação na melhoria dos seguintes portos: Vila do Conde, Itaqui, Fortaleza, Cabedelo, Suape, Aratu,

Sepetiba, Santos, São Francisco do Sul, Itajaí e Rio Grande, vocacionando-os também para a cabotagem. A questão portuária terá solução prioritária, uma vez que a nova Lei dos Portos adicionou problemas sem resolver os existentes. Além das ações visando fortalecer e recapacitar as Companhias Docas, bem como eliminar a excessiva intermediação existente na atividade portuária, deverá ser estudada a especialização de alguns portos, tornando-os cativos de determinados fluxos de mercadorias, o que resultará em maior racionalização tanto na sua operação, quanto no seu projeto, incentivando a intermodalidade.

- Reaparelhamento dos meios flutuantes da navegação de cabotagem. É fundamental o reequacionamento do transporte naval, remodelando a concepção de embarcações e padronizando-as para a prestação de serviços de cabotagem.
- Recuperação do *Lloyd* Brasileiro de sua insolvência gerencial e da decorrente crise financeira, especializando-o para a cabotagem. O estreitamento de relações entre o *Lloyd* e as operadoras resultantes da antiga RFFSA é fundamental para viabilizar essas empresas como eficientes operadoras de transporte intermodal.

Na ligação Centro-Oeste/Nordeste

- Restauração da BR-020 (Brasília-Fortaleza) e da BR-242 (Brasília-Salvador).
- Continuidade da expansão da Ferrovia Norte-Sul.

Na ligação Centro-Oeste/Sul

- Ampliação da Ferro-Oeste, em construção pelo Governo do Estado do Paraná, através da interligação Cascavel-Maracaju e do reaparelhamento da interligação Maracaju-Campo Grande.

A mobilidade nas grandes cidades depende de sistemas de alta capacidade para o transporte público.

Na ligação Centro-Oeste/Sudeste

- Continuidade da construção da Ferronorte, interligando Santa Fé do Sul-Cuiabá.
- Reaparelhamento da ferrovia Bauru-Campo Grande.

Na ligação Centro-Oeste/Norte

- Restauração e pavimentação das BR-070, 158 e PA-150, ligando Cuiabá-Barra do Garças-Belém.
- Restauração e pavimentação da BR-364, ligando Cruzeiro do Sul-Rio Branco-Porto Velho-Cuiabá.
- Restauração e pavimentação da BR-163, ligando Sinop-Cuiabá-Campo Grande.
- Restauração da BR-318, ligando Manaus-Porto Velho.

Na ligação Nordeste/Norte

- Implantação da Ferrovia Imperatriz-Balsas-Petrolina-Juazeiro-Salgueiro e recuperação do trecho Salgueiro-Suape. Esta ferrovia possibilitará a integração transversal de toda a zona de expansão da fronteira agrícola dos cerrados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, possibilitando o reforço das rotas de abastecimento de produtos agrícolas para as populações das regiões Nordeste e Norte do Brasil. Além disso, devem ser construídos portos para realizar a interligação entre essa ferrovia e a de Carajás com a hidrovia Araguaia-Tocantins.

Indução ao desenvolvimento

A atividade de indução ao desenvolvimento pressupõe o estabelecimento de uma estrutura viária de acesso a um espaço geográfico, colocando-a como instrumento de exploração e de ocupação desse território.

Três regiões são as mais importantes para ações de indução ao desenvolvimento no setor de transportes: Centro-Oeste, Norte e Nordeste; todas elas podendo ser consideradas regiões de fronteira.

Ações prioritárias

Na região Centro-Oeste

- Recuperação e pavimentação do trecho da BR-158 entre Barra do Garças e Brasília.
- Recuperação do trecho ferroviário Campo Grande-Corumbá.

Na região Norte

- Implantação e consolidação da Hidrovia Araguaia-Tocantins e de suas interligações com a E.F. Carajás, com o trecho existente da Ferrovia Norte-Sul e com o trecho ferroviário Norte/Nordeste a ser construído (Imperatriz-Suape).
- Recuperação da BR-230, entre Itaiutaba e Marabá.
- Recuperação da BR-163, entre Sinop e Itaiutaba.
- Recuperação dos trechos navegáveis dos rios da Bacia Amazônica: rios Juruá (Cruzeiro do Sul-Eirunepé-Rio Solimões), Purus (Rio Branco-Lábrea-Rio Solimões), Japurá, Madeira (Porto Velho-Manicoré-Rio Amazonas) e Negro (São Gabriel da Cachoeira-Manaus-Rio Amazonas-Solimões).
- Recuperação e conclusão da BR-174, Manaus-Caracaraí-Boa Vista.
- Implantação da BR-210, entre Macapá-Caracaraí-São Gabriel da Cachoeira (parte do Projeto Calha Norte).

Na região Nordeste

- Ferrovia Carajás-Suape (construção do trecho entre Imperatriz-Petrolina-Salgueiro e recuperação de Salgueiro-Suape, como já proposto em item anterior).
- Implantação e pavimentação da BR-226, ligando Marabá-Porto Franco-Pres. Dutra-Teresina-Cratéus.
- Construção do trecho remanescente da ferrovia Transnordestina, ligando Salgueiro-Crato e Senador Pompeu/Piquet Carneiro-Cratéus.
- Restauração e recuperação da Ferrovia Cratéus-Teresina-São Luís.
- Restauração e recuperação da Ferrovia Cratéus-Fortaleza.
- Restauração e recuperação da Ferrovia Fortaleza-Iguatu/Arrojado-Souza/Mossoró-Campina Grande-João Pessoa-Recife.
- Restauração do trecho ferroviário Recife-Macéio-Aracaju-Salvador.

Integração sul-americana

A implantação de projetos de transporte visando a integração sul-americana necessita da celebração de acordos diplomáticos precisos para sua viabilização. O Cresce Brasil selecionou as prioridades a serem apreciadas no debate sobre a instalação de infra-estrutura de transporte que melhor interligue o subcontinente.

Na ligação ferroviária Centro-Oeste-Litoral Pacífico/Porto de Arica

- Reconstrução e reaparelhamento do trecho ferroviário Corumbá-Santa Cruz de la Sierra.
- Construção do trecho Santa Cruz de la Sierra-Cochabamba.
- Construção e reaparelhamento do trecho existente no eixo Cochabamba-Arica.

Na ligação rodoviária Centro-Oeste-Norte-Litoral Pacífico/Peru

- Expansão da BR-364, interligando Cruzeiro do Sul/Acre com a cidade de Puna/Peru, viabilizando o acesso ao Pacífico a partir da região Centro-Oeste e da região Amazônica, abrangida pelos afluentes da margem direita do Rio Solimões.

Na interligação com o sistema rodoferroviário do Cone Sul

- Construção de ponte rodoferroviária sobre o rio Uruguai na cidade de São Borja.
- Construção de ponte rodoferroviária sobre o rio Uruguai na cidade de Uruguaiana.

Ações complementares

A implementação das propostas acima apresentadas pelo Cresce Brasil exige ações

A integração nacional e sul-americana exige projetos e planejamento em transportes.

conjuntas de todas as esferas executivas (União, Estados e Municípios), de empresas privadas, cooperativas, associações de produtores e outras entidades da sociedade civil, visando a superação de outros problemas existentes no interior de microrregiões, cidades e distritos.

Faz-se necessária a realização de obras de construção, recuperação e remoção de pontos de estrangulamento de 50.000 quilômetros de rodovias vicinais; a instalação de equipamentos de infra-estrutura voltados à racionalização de processos produtivos e integrados às redes de grande capacidade de transporte, representadas pelas ferrovias e hidrovias e a construção de armazéns coletores por proprietários, por cooperativas e por associações de produtores.

4.3 - Transporte urbano

O desempenho da economia brasileira depende em grande medida do funcionamento adequado das cidades, o que será atendido por uma melhor infra-estrutura em transportes urbanos e habitacional. Quanto ao transporte urbano, a falta de uma adequada infra-estrutura de transporte público eficiente causa grandes deseconomias e exclusão social, inibe investimentos e induz a realocação de atividades. Investir em redes estruturantes de transporte público garante, além de melhor qualidade de vida da população, retorno econômico aos governos através da diminuição do custo e do incremento de receitas. Vencer esse desafio é objetivo nacional que deve ser perseguido pelos três níveis de governo, dada a amplitude e a

Eliminar o caos urbano que gera deseconomias e prejudica a qualidade de vida nas metrópoles deve ser objetivo perseguido pelos três níveis de governo.

complexidade dos problemas de transporte e trânsito nas grandes cidades.

O Cresce Brasil aponta as prioridades a serem dadas no desenvolvimento dos transportes urbanos no Brasil, especialmente nas regiões metropolitanas, onde vive quase metade da população brasileira e se concentram os magnos problemas de transporte e trânsito urbano.

Gestão metropolitana

É fundamentar o planejamento e a gestão metropolitana dos transportes urbanos em pelo menos 25 regiões e aglomerados urbanos, promovendo a integração física e tarifária entre modais, otimizando a sua utilização, eliminando as sobreposições e diminuindo os custos. A prioridade deve ser dada aos transportes coletivos e não aos automóveis como tem sido praxe no Brasil.

Transporte de alta capacidade

A mobilidade eficiente nas metrópoles depende da implantação ou ampliação dos sistemas metro-ferroviários, alimentados por corredores de ônibus ou VLTs (Veículos Leves sobre Trilhos) e integradas com o transporte individual através de bolsões de estacionamento. Os investimentos para a implantação dessas redes é relativamente pequeno diante das deseconomias causadas pela baixa eficiência na circulação do trânsito.

Combustíveis

Os altos impactos ambientais, provocados pelos combustíveis poluidores, exigem a adoção de sistemas de alta e média capacidade que utilizem energias de tração limpa e de fonte renovável. Nas regiões metropolitanas, deve ser incentivada a substituição do diesel pelo biodiesel.

4.4 - Meio ambiente, recursos hídricos e saneamento

As boas condições da água, do ar e do solo são cruciais para garantir a biodiversidade e o desenvolvimento, o qual não pode ser realizado estritamente como crescimento econômico. Na realidade contemporânea, o desenvolvimento nacional requer escolhas de modelos socioeconômicos, projetos e tecnologias que mitiguem a pressão ambiental; e mais, demanda por recuperação de recursos naturais degradados. O Brasil, uma das nações mais ricas do mundo em recursos naturais, deve estabelecer políticas e estratégias que assegurem tais premissas.

Ações prioritárias

Assegurar a boa condição das águas doces

- Restabelecimento permanente da produção dos mananciais, superficiais e subterrâneos.
- Reduzir a erosão das margens dos cursos d'água pela recomposição das matas ciliares e, assim, reduzir também o assoreamento dos leitos dos rios.
- Promover o reflorestamento de áreas devastadas pela exploração indiscriminada de florestas nativas ou artificiais.
- Tratar os esgotos domésticos e industriais.
- Evitar a contaminação das águas pelo derramamento de matérias tóxicas, tais como os resíduos industriais de diversas composições e o óleo utilizado nas caldeiras de navios.

No Nordeste

- Recuperação de todas as barragens e açudes implantados na região.

- Implantação de barragens em todos os rios e cursos d'água perenes ou intermitentes, visando tanto a retenção das águas pluviais, como a regularização das cheias que periodicamente assolam a região.
- Transposição das águas dos rios São Francisco e Tocantins em quantidades que não causem prejuízo aos atuais usos de água do rio São Francisco em geração elétrica, navegação e irrigação.

No Sudeste

- Revitalização dos rios Paraíba e Tietê que dão suporte às metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente.

Assegurar a boa condição do ar

Zelar pela renovação do oxigênio de que precisamos para viver

- Cuidar e garantir a manutenção das quantidades de materiais particulados em níveis toleráveis para os seres vivos.
- Fazer regredir a produção de calor atmosférico provocador do efeito estufa e de gases que reduzem a camada de ozônio que envolve a parte superior da ionosfera.

Ações prioritárias

- Adoção de energias menos poluentes a partir da biomassa.
- Adoção de sistemas de transporte urbano de alta capacidade (trem e metrô).
- Substituição do diesel pelo biodiesel nos sistemas de transporte público de média capacidade.
- Desenvolvimento e incentivo de veículos elétricos e híbridos.
- Substituição do óleo combustível na atividade industrial pelo gás natural, de queima limpa.

Assegurar a manutenção das condições de fecundidade dos solos

- Minimizar os efeitos da erosão causada pelas construções indiscriminadas, pelas enchentes e demais catástrofes naturais, pela infiltração através dos lençóis freáticos de matérias agressivas que os contaminam e, assim, permitir a reprodução equilibrada dos entes do reino vegetal e animal.
- Coibir o uso indiscriminado do solo brasileiro evitando-se o desmatamento e o recurso às queimadas.
- Planejar e executar a distribuição da população pelo território nacional de modo a reduzir a ocupação desordenada do solo urbano em certas áreas excessivamente povoadas, assegurando uma equilibrada fixação dos excedentes populacionais em novos assentamentos urbanos.

Saneamento

A universalização do saneamento básico, envolvendo os sistemas públicos de água e esgotos e de coleta e disposição dos resíduos sólidos, resolve a maioria dos problemas ambientais brasileiros, com grandes repercussões na saúde pública e na geração de trabalho e renda, além de ampliar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do país.

Nesse sentido, é fundamental cumprir as metas do Programa de Modernização do Setor de Saneamento, do governo federal, com investimentos previstos de R$ 123,5 milhões, a serem gastos no período de 2007 a 2011. Serão necessários outros recursos para a continuidade do programa até 2020.

4.5 - Comunicações

O Brasil deve assegurar a universalização da telefonia e avançar aceleradamente rumo à universalização da inclusão informacional. Isso significa oferecer aos pobres e excluídos condições de infra-estrutura e de conhecimento que lhes permitam acessar as novas oportunidades de trabalho e renda abertas pela sociedade da informação e do conhecimento.

Apesar do retrocesso industrial e tecnológico que o país viveu no setor nas últimas décadas, a convergência tecnológica e empresarial nas comunicações, incluindo a televisão digital, representa a oportunidade para a expansão de toda uma cadeia produtiva de equipamentos, componentes e conteúdos. A introdução da televisão digital deverá ser cercada de cuidados de modo que não haja recuo em relação à posição alcançada pelo país na produção de conteúdos, bem como de aparelhos receptores.

Convergência tecnológica-empresarial

É necessário elaborar uma nova legislação que seja capaz de:

- Definir as tecnologias de informação e comunicação como prioridade nacional estratégica, vetor de desenvolvimento com inclusão social e democracia.
- Unificar os diferentes tratamentos normativos.
- Considerar a produção de conteúdos como inerente a uma política industrial-tecnológica.
- Fomentar o desenvolvimento industrial-tecnológico endógeno, explorando as novas fronteiras industriais, como é o caso da TV digital.
- Priorizar a universalização, democratização e inclusão social (articulação das tecnologias de informação com os projetos sociais estratégicos como, por exemplo, a educação).
- Fomentar a competição através de investimentos privados na infra-estrutura e mínima intervenção do Estado nos espaços competitivos.
- Dar ao capital estrangeiro tratamento unificado baseado nos interesses nacionais.

Universalização

- A telefonia deve alcançar 85% das residências e 90% das escolas, pelo menos.

O país deve assegurar a universalização da telefonia e informacional utilizando-se das várias possibilidades tecnológicas.

- A banda larga e a telefonia celular devem ser incluídas no regime público para fins de universalização e para a própria evolução do serviço prestado em regime público.
- O governo e a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações) devem baixar normas para permitir o ressarcimento, pelo Fust, dos custos devido à universalização da telefonia em escolas, postos de saúde, comunidades de baixa renda etc, conforme previsto em lei.
- O regulamento do STFC (Serviço Telefônico Fixo Comutado) deve ser modificado para incluir a banda larga (n64 bps), permitindo ao poder executivo criar imediatamente uma nova modalidade de serviço em regime público, resolvendo assim o impasse sobre a Lei do Fust.

Política industrial e tecnológica

- A TV digital é uma grande oportunidade para reorganizar o mercado audiovisual, abrindo espaço para multiplicar produtores, além de permitir o reposicionamento empresarial da indústria.
- A chegada da TV digital não pode levar à perda da posição nacional e internacional já conquistada pelo Brasil na produção e oferta de conteúdos audiovisuais televisivos.
- O Estado deve ter políticas e instrumentos de fomento ao audiovisual, jogos eletrônicos, conteúdos educativos etc., como em outras épocas teve políticas de fomento às indústrias petroquímica, metal-mecânica etc.
- Será necessária grande arbitragem para que a TV digital não venha a consolidar situações superadas ou servir para destruir situações já alcançadas.

5 – Ciência, tecnologia e engenharia

Cabe à política científica e tecnológica potencializar soluções voltadas para os problemas brasileiros, tornando ampliada e mais eficaz a oferta do conjunto de bens e serviços essenciais concebidos como vetores de cidadania, tais como educação, saúde, habitação, saneamento e transporte. Paralelamente, deve-se buscar potencializar a aceleração da industrialização fundamentada na produção de conhecimento interno como estratégia para criação de empregos qualificados no país.

Bens de capital

As competências nacionais devem ser mobilizadas e coordenadas de maneira a se buscarem soluções viáveis para a criação de oportunidades no segmento de bens de capital (máquinas, equipamentos e materiais de transporte). Com isso espera-se priorizar o processo de substituição de importações no segmento mais sensível em momentos de crise externa, contribuindo-se para a elevação da autonomia da industrialização brasileira em longo termo.

Energia

Em energia, destaca-se como prioridade o fortalecimento das cadeias de produção dedicadas ao aproveitamento de energias alternativas, entre essas o biodiesel, o álcool combustível, a energia nuclear, o hidrogênio, entre outras.

O desenvolvimento tecnológico voltado para aumento e diversificação da oferta de energia demanda programas maciços de pesquisa para viabilização e aumento de

Tecnologia digital e biotecnologia merecem destaque em um programa de C&T.

eficácia de fontes alternativas, além da adoção de incentivos públicos para o projeto e a produção automobilística de modelos com reduzido consumo de combustível.

A execução do programa de energia elétrica, a continuidade de inversões em pesquisa para exploração de petróleo em águas profundas e a ação programada no campo da energia nuclear também são fatores importantes de estímulo e desafio à engenharia e à capacidade científica e tecnológica do país.

Comunicações e logística

São ainda prioritárias as cadeias de produção associadas à constituição de infra-estrutura de comunicações e de transportes, assim como as que impliquem aspectos relevantes do desenvolvimento econômico, social, urbano, ambiental e regional, e que oferecem, a par disso, oportunidades consideráveis para uma ação nacional própria de pesquisa e desenvolvimento experimental.

No que se refere ao potencial transformador das tecnologias digital e aeroespacial sobre os serviços públicos de telecomunicações, é necessário esforço de pesquisa e desenvolvimento para possibilitar uma contribuição mais efetiva da engenharia e da indústria nacionais no suprimento de insumos e de equipamentos requeridos no futuro, principalmente através do fortalecimento de empresas de consultoria de engenharia.

Caberá igualmente promover incentivos para direcionar a política de compras das empresas prestadoras de serviços para a produção interna dos equipamentos, materiais, componentes e sistemas requeridos para a expansão prevista da rede de comunicações.

Quanto à política tecnológica de apoio ao desenvolvimento das cadeias logísticas, aponta-se a intenção de corrigir as distorções presentemente observadas na composição dos fluxos de carga, através do deslocamento progressivo do transporte de grandes massas para os setores ferroviário, marítimo e fluvial.

Essa diretriz deverá manifestar-se também no âmbito dos transportes urbanos, em relação aos quais deverão ser empreendidas iniciativas na área da pesquisa e desenvolvimento voltadas para a elaboração de novas soluções, além de

esforço para manter atualizada a capacidade de absorção da tecnologia emergente em países mais avançados.

As iniciativas no campo dos transportes apontam ainda a necessidade de empreender pesquisas específicas destinadas à busca de soluções para os problemas que afetam as regiões metropolitanas, notadamente no que concerne ao uso do solo, à habitação, ao saneamento básico e à poluição ambiental.

Tecnologia digital e biotecnologia

Como estratégia para fomento de novas cadeias produtivas no tecido industrial brasileiro, propõe-se que se privilegie a estratégia de domínio e de aplicação industrial da tecnologia digital e da biotecnologia. Essa escolha se fundamenta na hipótese de que essas tecnologias, uma vez combinadas, constituirão uma "nova indústria", com processo de transformação de materiais vivos e, portanto, implicando o surgimento de oportunidades em novos segmentos e em novas cadeias de transformação.

O desenvolvimento da biotecnologia se tornará crítico para a agropecuária na utilização racional do solo e o estímulo a certa especialização que aproveite as vocações naturais de cada região. Com isso, espera-se que o avanço técnico potencialize a multiplicação nas relações insumos-produtos e a sua integração ao longo de cadeias produtivas. Como exemplos da combinação entre avanços na tecnologia digital e biotecnologia têm-se a agropecuária de precisão, automação e uso de novos materiais, genômica e proteômica, bionanotecnologia, entre outras.

A viabilização dessa estratégia dependerá, em boa medida, da dinamização do processo de criação e difusão de tecnologia adaptada às peculiaridades regionais. As possibilidades de contribuição de tecnologia importada são limitadas, não dispensando a realização de pesquisas que visem adequá-la às especificidades climáticas do país e de cada região.

Agropecuária

As necessidades científicas e tecnológicas decorrentes da estratégia de desenvolvimento agropecuário compreendem, principalmente, aplicações da biotecnologia para a manipulação genética e a identificação das variedades agrícolas mais adaptadas às várias condições ecológicas e climáticas; a definição de novas técnicas de manipulação, cultivo e criação, contemplando-se inclusive a melhoria das técnicas de conservação e de utilização do solo e o desenvolvimento de fertilizantes e defensivos mais adequados aos diversos solos e culturas, o combate e a prevenção das pragas.

A pesquisa deve ainda buscar a manipulação genética das espécies animais; a prevenção e o combate das moléstias e a produção veterinária; a melhoria da capacidade de suporte dos insumos; a identificação e a difusão de novos métodos de criação animal e novos produtos de alimentação animal. Neste contexto, incluem-se a pesquisa e o desenvolvimento em saúde animal, segurança alimentar e segurança do alimento, rastreabilidade, defesa agropecuária, segurança biológica, biossegurança e sistemas de produção integrada.

A constituição de complexos agroindustriais terá papel relevante na difusão de novas tecnologias para outras cadeias de produção, principalmente a farmacêutica e a têxtil, entre outras.

Sustentabilidade e soberania

O aproveitamento industrial sustentável dos biomas brasileiros deve ser tratado como questão nacional e relacionado à conquista da soberania brasileira sobre a ocupação socioeconômica do território. Assim, o desenvolvimento das regiões deve estar associado ao equilíbrio ambiental e climático, o que poderá ser atingido mediante intensivo esforço de pesquisa sobre recursos hídricos, florestais e minerais. Estes desafios devem ser cumpridos, preferencialmente, em parceria com nações vizinhas, no contexto da estratégia de integração sul-americana.

Saúde e biossegurança

A criação da Secretaria de C&T e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde abriu espaço para a articulação entre Estado, empresas e universidades para alcance de auto-suficiência de itens estratégicos para o país, tais como: vacinas, reagentes e *kits* para diagnóstico, fitomedicamentos, fármacos e medicamentos, equipamentos e materiais.

Dentre essas prioridades, merece impulso a pesquisa sobre as chamadas "doenças esquecidas" (tuberculose, lepra, malária, febre amarela), cujo reaparecimento vem ocorrendo e que não estão no alvo dos centros de pesquisa farmacêutica mundiais. Cumpre-se, neste contexto, o fortalecimento de centros de excelência públicos e privados e o direcionamento do poder de compra do Ministério da Saúde para empresas nacionais com planos de negócio em condições promissoras e competitivas.

Deve-se promover ainda impulso às pesquisas sobre o genoma humano, célula-tronco e outras linhas de pesquisa que venham resultar em barateamento, aumento de eficácia e universalização no atendimento à saúde da população brasileira.

Aeroespacial

O processo de integração, bem como a construção de condições dissuasórias para ameaças internas e externas dependem do enfrentamento do desafio de fortalecimento das instituições e da pesquisa científica e tecnológica voltadas para o aeroespaço brasileiro. Nesse sentido, destaca-se formação de *joint ventures,* entre empresas nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, em virtude dos elevados montantes necessários à pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e o adensamento das cadeias aeronáutica e aeroespacial brasileira.

Entre as oportunidades disponíveis, coloca-se ênfase no desenvolvimento de turbina a jato movida a álcool combustível. Ênfase especial deve ainda ser dada ao desenvolvimento de tecnologias para veículos aéreos não tripulados, sensoreamento remoto, geração de imagens via satélite, comparação de padrões, integração de sistemas digitais, materiais compostos, entre outras.

Formação de engenheiros

Não se pode pensar políticas de desenvolvimento sem que se dê destacado espaço à questão da formação dos recursos humanos aptos a operar o sistema empresarial e de inovação. Os engenheiros são relevantes nesse sentido, pois são eles os condutores da inovação na indústria e nos demais setores produtivos. Por isso, o número de engenheiros e a qualidade da sua formação têm estreita relação com o desenvolvimento.

Comparações internacionais demonstram que o Brasil precisa de mais diplomados em engenharia. Na Coréia do Sul, são 20 engenheiros para cada 100 formandos nas universidades; na França essa relação é de 15 para 100 e no Brasil é de 8 para 100. Formamos aproximadamente 30 mil

engenheiros por ano, contra 300 mil na China, 200 mil na Índia e 80 mil na Coréia. Em 25 anos, o país avançou muito pouco na formação desses profissionais.

Estima-se que se precise formar anualmente 60 mil engenheiros aptos a operar o sistema empresarial e de inovação. Ou seja, é urgente aumentar o número de vagas nos cursos de engenharia e é fundamental que a formação oferecida seja de boa qualidade. Para tanto, é necessário que em suas escolas se faça pesquisa e que exista interface com as empresas na busca de inovação. Ou seja, deve-se educar o futuro engenheiro num ambiente de pesquisa, desenvolvimento e inovação, em que sejam valorizados os estágios, trabalhos em equipe, ensino a distância e projetos.

O aumento do número de vagas nos cursos de engenharia deve se dar, prioritariamente, nas universidades públicas. Há exemplos de escolas de engenharia públicas no país que dobraram suas vagas recentemente, o que deve ser seguido por todas as instituições públicas. As universidades privadas também deverão oferecer mais vagas, mas é fundamental que elas garantam qualidade na formação.

A ampliação dos programas de mestrado e doutorado em engenharia e tecnologia também deve ser perseguida. Somente 11,6% dos que se graduam a cada ano em engenharia são absorvidos em programa de mestrados no setor. O Brasil forma anualmente cerca de 10 mil doutores, sendo que apenas 13% deles são da área de engenharia e ciências da computação. O país se posiciona no 17º lugar no ranking mundial de pesquisa e desenvolvimento em engenharia e sua produção científica é apenas 1,4% da mundial. Esses números demonstram a necessidade de uma política de intensificação dos esforços em educação e pesquisa de modo a dar conta do desenvolvimento nacional que se persegue.

6- Agronegócio

Um programa de desenvolvimento do agronegócio deve enfocar não o aspecto estritamente econômico e empresarial, mas a sustentabilidade social do país. Portanto, deve haver algum tipo de compensação da sociedade pelas transferências recebidas do agronegócio. Caso contrário, o setor fatalmente tenderá à estagnação ou regressão.

A sociedade brasileira como um todo tem se beneficiado de várias maneiras do desempenho que o agronegócio vem apresentando desde a década de 1990. Sua produtividade vem crescendo rapidamente e as reduções de custo de produção têm sido repassadas ao consumidor na forma de preços mais acessíveis. Ao mesmo tempo, o setor vem gerando substanciais superávits comerciais, que permitiram a solvência do país durante as turbulências de sucessivas crises internacionais e tem permitido inéditas reduções da dívida externa brasileira.

Apesar desse excelente desempenho, o agronegócio vem sendo vítima de crises cíclicas que demandam injeções de novos recursos e renegociação das dívidas em vencimento; ou seja, configura-se o caso de um setor sem sustentabilidade econômica.

Ciência e tecnologia

Fortalecer os investimentos em ciência e tecnologia agropecuária, educação e saúde rural é pré-condição para que o setor retome o padrão de crescimento de produtividade que ocorria até o início do ano 2000.

Infra-estrutura

É indispensável avançar sem mais demora na recuperação e ampliação da infra-estrutura logística – incluindo armazenamento, transporte rodoviário, hidroviário e ferroviário. Urge estabelecer um programa sanitário e de

qualidade de produtos que assegure tanto o acesso ao mercado externo como a saúde e bem-estar da população brasileira. Com a mesma urgência, é necessário implantar um programa eficaz para a área ambiental, cuidando da água, das florestas, do homem do campo e do consumidor.

Investimentos

Quanto aos recursos disponíveis no setor, bastante instáveis, propõe-se que sejam suplementados pelo crédito do setor público bem como a criação de um sistema de poupança que incentive a canalização de recursos tanto horizontalmente (entre setores que momentaneamente estejam superavitários e deficitários) e entre ciclos de alta e baixa. Na falta de um sistema de poupanças, algumas lavouras sofreram tremenda escassez de recursos e outras os tiveram em abundância. A idéia é evitar tanto o sobreinvestimento na euforia como o subinvestimento na depressão, que agravam a intensidade dos ciclos.

Novos mercados

É preciso estabelecer metas de ampliação do consumo interno e de conquistas de novos mercados para a exportação. Isso será feito através do cuidado com a qualidade e a sanidade de nossas carnes; do desenvolvimento mais elaborado de café; e da melhoria da infra-estrutura de comercialização de nossos grãos e do melhor aproveitamento da grande vantagem comparativa do Brasil no campo da agroenergia.

Cadeia produtiva

Em termos de cadeias produtivas individuais, fica o desafio de compatibilizar os benefícios da concentração agroindustrial, a jusante, e da agropecuária, a montante. Isso é necessário para a competitividade global, para os investimentos em qualidade, bem como para acesso a mercados e benefício do consumidor, com a partilha dos ganhos entre os produtores espalhados atomizadamente por todo o território nacional.

É preciso efetivamente disseminar o conceito de cadeia produtiva, constituída de elos com diferentes graus de resistência, de forma a aprender com as experiências recentes que comprovaram uma vez mais que a cadeia toda é prejudicada quando o elo mais fraco se rompe. Em especial, preocupa a exclusão do pequeno agricultor, sem capital financeiro e humano para acompanhar a evolução tecnológica do agronegócio em escala mundial.

É preciso fortalecer todos os elos da cadeia produtiva do agronegócio para torná-lo sustentável.

As propostas específicas do projeto dos engenheiros, mais detalhadas, estão no manifesto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento e a íntegra delas está nas notas técnicas, documentos esses que podem ser acessados na Internet: **www.crescebrasil.com.br.**

Anexo III

Síntese do Programa de Aceleração do Crescimento

1 - Medidas econômicas

1.1 – Estímulo ao crédito e ao financiamento

- **Concessão pela União de crédito à CEF (Caixa Econômica Federal) para aplicação em saneamento e habitação:** concessão de crédito à CEF no valor de R$ 5,2 bilhões em condições financeiras que permitem o enquadramento da operação como instrumento híbrido de capital e dívida, conforme definido pelo Conselho Monetário Nacional. Os recursos poderão ser utilizados exclusivamente para aplicação em saneamento básico e habitação popular.

- **Ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação:** ampliação em R$ 6,0 bilhões, nos próximos dois anos, do limite específico para contratação de operações de crédito do setor público e para novas ações de saneamento ambiental (R$ 1,5 bilhão para drenagem urbana associada a projetos de saneamento integrado); b) ampliação em R$ 1 bilhão, em 2007, do limite de crédito para habitação, especialmente para oferecer acesso à moradia adequada à população em situação de vulnerabilidade social e com rendimento familiar mensal de até três salários mínimos

- **Criação do Fundo de Investimento em Infra-estrutura com recursos do FGTS:** criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura, com valor inicial de R$ 5 bilhões, com recursos do patrimônio líquido do FGTS, podendo ser elevado para o valor de até 80% do patrimônio líquido do fundo, que atualmente é de cerca de R$ 20 bilhões. Além do aporte do FGTS, os trabalhadores também poderão comprar cotas do fundo até o limite de 10% do saldo de suas contas no FGTS.

- **Elevação da liquidez do FAR (Fundo de Arrendamento Residencial):** a medida visa permitir a antecipação da opção de compra do imóvel arrendado ou a venda direta de imóveis pertencentes ao FAR. O objetivo é ampliar a liquidez do fundo que operacionaliza o PAR (Programa de Arrendamento Residencial), destinado ao atendimento exclusivo de moradia popular.

Já implementadas

- **Redução da TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo):** redução consistente da TJLP, que é a principal referência para o financiamento dos investimentos com prazo mais longo de implantação. A TJLP recuou de 9,75% ao ano, em dezembro de 2005, para 6,50% ao ano, em janeiro de 2007. A taxa atual é o menor valor da TJLP desde a sua criação, em dezembro de 994.

- **Redução dos *spreads* do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para infra-**

estrutura, logística e desenvolvimento urbano: redução dos *spreads* do BNDES para financiamento de projetos em infraestrutura, especialmente na área de energia (geração, transmissão e distribuição), bem como nas operações de logística (ferrovias, rodovias, aeroportos, portos e terminais) e de desenvolvimento urbano (transporte urbano integrado e saneamento ambiental). Também foi aprovada a realização de operações de financiamento de projetos *(Project Finance)*.

1.2 – Melhoria do ambiente do investimento

- **Regulamentação do artigo 23 da Constituição:** a medida estabelece as diretrizes e normas para a cooperação entre os entes federativos com o intuito de harmonizar os procedimentos, bem como elevar a eficiência e a celeridade no exercício das competências ambientais.

Em tramitação no Congresso

- **Marco legal das agências reguladoras:** disciplina a gestão, a organização e o controle social das agências reguladoras, definindo também o padrão de interação entre essas e os órgãos de defesa da concorrência.

- **Lei do Gás Natural:** corrige lacuna da legislação vigente que reserva espaço secundário à regulação do gás. Estabelece as diretrizes para acesso aos gasodutos de transporte e para fixação das tarifas desse serviço. Introduz o regime de concessão para a construção e operação de gasodutos.

- **Reestruturação do SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência):** racionaliza o desenho institucional do SBDC, unificando as funções de instrução e de julgamento no Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e centraliza as atividades de promoção da concorrência na Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. Enfatiza o combate a condutas anticompetitivas. Introduz a análise prévia de fusões e aquisições e rito simplificado para a análise de operações de impacto concorrencial reduzido.

Já implementadas

- **Aprovação do marco regulatório para o setor de saneamento:** estabelece os princípios gerais do setor. Organiza as atividades de planejamento, regulação e execução do serviço. Identifica de maneira clara as responsabilidades de todos os agentes envolvidos. Observa preocupações com a gestão dos recursos hídricos.

- **Abertura do mercado de resseguros:** acaba com o monopólio no mercado de resseguros, até há pouco exercido pelo IRB (Instituto de Resseguros do Brasil); e cria regras para a atuação de novos resseguradores no mercado brasileiro, bem como para a realização de operações de resseguro diretamente no exterior.

- **Recriação da Sudam e da Sudene:** essas superintendências ficarão vinculadas ao Ministério da Integração Nacional e vão incentivar novos investimentos nas regiões Norte e Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

1.3 – Desoneração tributária

- **Recuperação acelerada dos créditos de PIS e COFINS em edificações:** reduzir para 4 meses o prazo para a apropriação dos créditos de PIS e COFINS sobre edificações incorporadas ao ativo imobilizado, dando a estas o mesmo tratamento dispensado a máquinas e equipamentos. A apropriação hoje ocorre no prazo de depreciação de 5 anos.
  Valor estimado: R$ 1,5 bilhão no primeiro ano e R$ 2,3 bilhões no segundo ano.
  A partir do terceiro ano, a renúncia é decrescente.

- **Desoneração do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura:** criação de Fundo de Investimento em Infra-Estrutura para captação destinada ao financiamento de projetos de infra-estrutura. Os rendimentos do Fundo serão isentos de imposto de renda na fonte e na declaração da pessoa física, após transcorridos cinco anos da data de aquisição da cota.
  Valor estimado: como se trata de uma nova modalidade de aplicação financeira, que não concorre com as existentes, não há impacto fiscal relevante.

- **Desoneração de obras de infra-estrutura:** nos casos de obras de construção civil, suspender a exigibilidade de PIS e COFINS nas aquisições de insumos e serviços vinculados a novos projetos de infra-estrutura de longo prazo nos setores de transportes, portos, energia e saneamento.
  Valor estimado: o cálculo da renúncia dependerá da regulamentação do Poder Executivo.

- **PATVD (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico de Equipamentos para TV Digital):** programa de estímulo à pesquisa e desenvolvimento e produção dos equipamentos aplicados à TV digital, exceto os set-top boxes (conversores para sinal digital), que contarão com os incentivos da Zona Franca de Manaus. As empresas que aderirem ao programa serão beneficiadas com a redução a zero das alíquotas do IPI, do PIS, da Cofins e da Cide incidente sobre a venda de equipamentos transmissores de sinais, bem como sobre a aquisição de bens de capital e as transferências para aquisição de tecnologia e softwares.
  Valor estimado: não há impacto fiscal relevante por se tratar de setor em implantação.

- **Padis (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnólogico da Indústria de Semicondutores):** programa de incentivo à pesquisa e desenvolvimento e produção de bens de microeletrônica (semicondutores). As empresas que aderirem ao programa serão beneficiadas com a isenção de IRPJ e a redução a zero das alíquotas do IPI, do PIS, da Cofins e da Cide incidente sobre as vendas de semicondutores e displays, bem como sobre a aquisição de bens de capital e as transferências para aquisição de tecnologia e softwares.
  Valor estimado: não há impacto fiscal relevante por se tratar de setor em implantação.

- **Ampliação do benefício tributário para microcomputadores:** eleva os limites do valor de venda a varejo de microcomputadores e *notebooks*

beneficiados com alíquota zero de PIS e Cofins. Os limites atuais de R$ 2.500 e R$ 3 mil, respectivamente, passarão para R$ 4 mil, em ambos os casos (Programa de Inclusão Digital, criado pela Lei nº 11.196/2005).

- **Desoneração das compras de perfis de aço:** reduz de 5% para 0% a alíquota de IPI incidente sobre perfis de aço, insumo básico da construção civil.
  Valor estimado: R$ 60 milhões.

Já implementadas

- **Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas:** unifica a cobrança dos tributos federais, estaduais e municipais para as micro e pequenas empresas.
  Reduz a parcela dos tributos federais.
  Amplia o universo de empresas beneficiadas pela tributação simplificada.
  Agiliza a abertura e o fechamento de empresas. Cria regimes favorecidos para essas empresas nas compras governamentais.
  Valor estimado: R$ 2,45 bilhões em 2007 e R$ 4,9 bilhões em 2008.

- **Reajuste da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física:** reajuste anual de 4,5%, no período de 2007-2010, das faixas de rendimento do IRPF e elevação, no mesmo percentual, dos limites de dedução com despesas de educação e com dependentes.
  Valor estimado: R$ 1,26 bilhão em 2007 e R$ 2,52 bilhões em 2008

- **Prorrogação da depreciação acelerada:** prorrogar por dois anos o benefício que permite a contabilização fiscal da depreciação de novos investimentos na metade do prazo normal, reduzindo a contribuição social sobre o lucro devido pelas empresas. O benefício alcançava apenas os investimentos realizados até o final de 2006.
  Valor estimado: R$ 900 milhões em 2007 e 2008.

- **Prorrogação da cumulatividade do PIS e da Cofins na construção civil:** prorrogar o prazo de permanência da construção civil no regime de cumulatividade do PIS e da Cofins até 31 de dezembro de 2008.
  Valor estimado: R$ 600 milhões em 2007 e 2008.

1.4 – Aperfeiçoamento do sistema tributário

- **Aumento do Prazo de Recolhimento de Contribuições (Previdência, PIS e Cofins):** mudança na data de recolhimento da contribuição previdenciária, do dia 2 para o dia 10, e da Cofins e do PIS, do dia 15 para o dia 20. A medida permitirá que as empresas adaptem o prazo de recolhimento de tributos ao seu fluxo de caixa, o que implicará na redução das despesas financeiras e no crescimento do volume de negócios.

Em tramitação

- **Criação da Receita Federal do Brasil:** unificação da estrutura de arrecadação e cobrança de tributos da União.

- **Reforma tributária:** retomar a discussão sobre a reforma tributária com os governadores, prefeitos, empresários, representantes dos consumidores e

parlamentares, tendo como objetivo o aprimoramento do sistema tributário nacional e, se possível, a unificação de tributos indiretos federais, estaduais e municipais em um IVA (Imposto sobre o Valor Agregado) com legislação uniforme e receita compartilhada.

Em implementação

- **Implantação do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) e Nota Fiscal Eletrônica:** completar, no prazo de 2 anos, a implantação do cadastro sincronizado e do SPED.

1.5 – Medidas fiscais de longo prazo

- **Controle da expansão da despesa de pessoal da União:** limitação do crescimento anual da folha de pessoal (inclusive inativos) à taxa de inflação (IPCA), acrescida de um índice real de 1,5% ao ano, resguardados os acordos consolidados na legislação até o final de 2006. Medida a ser implementada a partir de 2007, por 10 anos.

- **Política de longo prazo de valorização do salário mínimo:** reajuste do valor do salário mínimo para R$ 380,00 em 2007 e estabelecimento de uma política de longo prazo de elevação de seu valor real. No período compreendido entre 2008 e 2011, o salário mínimo sofrerá reajustes iguais à inflação (INPC) acrescida da taxa de crescimento real do PIB com dois anos de defasagem. Prevê-se a manutenção da política de valorização até 2023, sendo as novas regras definidas até 2011, levando-se em conta a avaliação do resultado da medida.

- **Fórum Nacional da Previdência Social:** instituir o Fórum Nacional da Previdência Social, no âmbito do Ministério da Previdência, para promover o debate entre os representantes dos trabalhadores, dos aposentados e pensionistas, dos empregadores e do governo federal com vistas ao aperfeiçoamento e sustentabilidade dos regimes de previdência social e sua coordenação com as políticas de assistência social.

- **Agilização do processo licitatório:** adequação dos processos licitatórios às novas tecnologias de informação, aumentando a transparência e a eficiência nas contratações governamentais. As principais medidas são: possibilidade de inversão das fases licitatórias; utilização de meios eletrônicos em todas as modalidades de licitação; inclusão de fase saneadora; criação do Cadastro Nacional de Registro de Preços; diminuição dos prazos e fases recursais; uso das novas ferramentas tecnológicas para verificação da habilitação; e substituição da publicação em Diário Oficial por publicação em meio eletrônico, via Internet.

- **Aperfeiçoamento da governança corporativa nas estatais:** instituição da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União) para aperfeiçoar a ação do governo no seu papel de acionista, estimular a adoção das modernas práticas de governança corporativa e garantir

maior transparência no relacionamento com empresas estatais.

- **Extinção de empresas estatais em processo de liquidação:** extinção da RFFSA (Rede Ferroviária Federal) e da Franave (Companhia de Navegação do São Francisco).

- **Regime de previdência complementar do servidor público federal:** implementação do regime de previdência complementar para o servidor público federal, dando seqüência à reforma da previdência iniciada com a Emenda Constitucional nº 41/2003.

Em tramitação

- **Melhora na gestão da Previdência Social:** aprovar o Projeto de Lei do Senado 261/2005, que inclui as seguintes medidas: a) estabelecer que a falta de comunicação ou informação incorreta relativa aos óbitos sujeita os titulares de cartório a multa e à responsabilidade subsidiária pelo ressarcimento dos benefícios; b) determinar que empresas enviem à Previdência Social, até o dia da contratação, dados do trabalhador que pretende contratar, sujeitando-se a multa o empregador que assim não proceder em relação a empregado que sofra acidente; c) limitar o benefício do auxílio-doença à média dos 12 últimos salários de contribuição.

1.6 – Medidas de gestão

- **Criação do CGPAC (Comitê Gestor do PAC):** criação do CGPAC, composto pelos ministros da Casa Civil, da Fazenda e do Planejamento, com a finalidade de coordenar a implementação do PAC; criação do GEPAC (Grupo Executivo do PAC) composto pela Subchefia de Articulação e Monitoramento (Casa Civil), Secretaria de Orçamento Federal (Planejamento), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (Planejamento) e Secretaria Nacional do Tesouro (Fazenda), com a finalidade de estabelecer metas e acompanhar a implementação do PAC.

2 – Infra-estrutura para o desenvolvimento

O plano de investimentos vai significar a construção, adequação, a duplicação e recuperação, em quatro anos, de 52 mil quilômetros de estradas, 2.518 quilômetros de ferrovias, ampliação e melhoria de 12 portos e 20 aeroportos, geração de mais de 12.386 MW de energia elétrica, construção de 13.826 quilômetros de linhas de transmissão, instalação de quatro novas unidades de refinos ou petroquímicas, construção de 4.526 quilômetros de gasodutos e instalação 46 novas usinas de produção de biodiesel e de 77 usinas de etanol. Também trará como resultado melhores condições de moradias para quatro milhões de famílias, levará água e coleta de esgoto a 22,5 milhões de domicílios, proporcionará infra-estrutura hídrica para 23,8 milhões de pessoas e garantir a ampliação e construção de metrôs em quatro cidades.

O PAC prevê, no quadriênio de 2007 a 2010, um total de R$ 503,9 bilhões em investimentos públicos e privados.

Tabela 10

Previsão de investimento em infra-estrutura por eixo (2007-2010) – (R$ bilhões)

Eixos	2007	2008–2010	Total
Logística	13,4	44,9	58,3
Energética	55,0	219,8	274,8
Social e urbana	43,6	127,2	170,8
Total	112,0	391,9	503,9

Tabela 11

Previsão de investimento em infra-estrutura por região (2007–2010) – (R$ bilhões)

Região	Logística	Energética	Social e urbana	Total
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional*	28,4	101,7	50,4	180,5
Total	58,3	274,8	170,8	503,9

* Projetos de característica nacional que não estão localizados em uma única região.

Tabela 12

Previsão de investimento em infra-estrutura logística por setor (2007–2010) – (R$ milhões)

Modal	2007	2008–2010	Total
Rodovias	8.086	25.352	33.437
Ferrovias	1.666	6.197	7.863
Portos	684	1.979	2.663
Aeroportos	878	2.123	3.001
Hidrovias	280	455	735
Marinha mercante	1.779	8.802	10.581
Total	13.373	44.907	58.280

Orçamento Geral da União: R$ 33 bilhões / Financiamento público (BNDES): R$ 17 bilhões

Tabela 13

Previsão de investimento em infra-estrutura logística por região
(R$ bilhões)

Região	Investimento total
Norte	6,2
Nordeste	7,3
Sudeste	6,1
Sul	3,9
Centro-Oeste	3,5
Projetos especiais	28,4
Total*	55,4

* Não inclui investimentos em aeroportos.

Tabela 14

Metas físicas previstas em infra-estrutura logística (2007–2010)

Modal	km/Quantidade
Rodovias	45.337
Investimento público	**42.090**
Recuperação	32.000
Adequação/Duplicação	3.214
Construção	6.876
Investimento privado	**3.247**
Ferrovias	2.518
Investimento público	**211**
Investimento privado	**2.307**
Portos	12
Hidrovias	67 portos 1 eclusa
Aeroportos	20

Tabela 15

Projetos em infra-estrutura logística por região (rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária e marítima)

NORTE
• BR-364-AC: construção e pavimentação Sena Madureira - Feijó - Cruzeiro do Sul
• BR-319-AM: restauração, melhoramentos e pavimentação Manaus-AM - Porto Velho-RO
• BR-163-MT-PA: pavimentação Guarantã do Norte-MT - Rurópolis-PA - Santarém-PA, incluindo o acesso a Mirituba-PA (BR-230-PA)
• BR-230-PA: pavimentação Marabá - Altamira - Medicilândia - Rurópolis
• BR-156-AP: pavimentação Ferreira Gomes - Oiapoque
• Construção da ferrovia Norte-Sul: Araguaína - Palmas-TO
• Ampliação do Porto de Vila do Conde-PA
• Construção das eclusas de Tucuruí-PA
• Construção de terminais hidroviários na Amazônia-AM - PA
NORDESTE
• BR-101-Nordeste (RN-PB-PE-AL-SE-BA): duplicação e adequação de capacidade Natal - entroncamento BR-324 (Feira de Santana)

Continua

Continuação

Projetos em infra-estrutura logística por região (rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária e marítima)

- BR-230-PB: duplicação João Pessoa - Campina Grande
- BR-135-PI-BA-MG: pavimentação Jerumenha - Bertolínea - Eliseu Martins-PI; construção de trechos entre a divisa PI-BA e a divisa BA-MG; pavimentação divisa BA-MG - Itacarambi
- BR-116-BA: execução de ponte sobre o Rio São Francisco - divisa PE-BA
- BR-116-324-BA: Salvador - Feira de Santana - divisa BA-MG - parceria público-privada
- Contorno de São Félix - Cachoeira-BA
- Variante ferroviária Camaçari - Aratu-BA
- Ferrovia nova Transnordestina – CFN - privado e financiamento público
- Recuperação e ampliação dos berços 101 e 102 do Porto de Itaqui-MA
- Construção do berço 100 do Porto de Itaqui-MA
- Dragagem dos berços 100 a 103 do Porto de Itaqui-MA
- Duplicação do acesso rodoviário ao Porto de Itaqui-MA - BR-135-MA
- Duplicação do acesso rodoviário ao Porto de Pecém-CE - BR-222-CE - Caucaia - Pecém
- Melhorias no terminal salineiro de Areia Branca-RN
- Construção de novo acesso rodoferroviário ao Porto de Suape-PE
- Construção da via expressa portuária ao Porto de Salvador-BA
- Dragagem e derrocagem na hidrovia do Rio São Francisco (Pirapora-MG-Juazeiro-BA - Petrolina-PE) e acesso ferroviário ao Porto de Juazeiro-BA

CENTRO-OESTE

- BR-163-364-MT: duplicação Rondonópolis - Cuiabá - posto Gil-MT
- BR-158-MT: pavimentação Ribeirão Cascalheira - divisa MT-PA
- BR-364-MT: pavimentação Diamantino - Campo Novo dos Parecis-MT
- BR-242-MT: pavimentação Ribeirão Cascalheira - Sorriso-MT
- BR-158-MS-SP: construção da ponte Paulicéia-SP - Brasilândia-MS
- BR-070-GO: duplicação divisa DF-GO - Águas Lindas
- BR-060-DF-GO: conclusão da duplicação Brasília-DF - Anápolis-GO
- BR-153-GO: conclusão da duplicação Aparecida de Goiânia - Itumbiara-GO
- Construção da ferrovia Norte-Sul: Anápolis (Porto Seco) - Uruaçu-GO - Concessão
- Construção do trecho da Ferronorte - Alto Araguaia - Rondonópolis-MT
  Privado com financiamento BNDES
- Dragagem e derrocagem na hidrovia do Paraná-Paraguai - MS-MT

SUDESTE

- Arco rodoviário do Rio de Janeiro, incluindo BR-101-RJ

Continua

Continuação

Projetos em infra-estrutura logística por região (rodoviária, ferroviária, hidroviária, portuária e marítima)

- BR-101-ES: adequação de capacidade divisa RJ-ES - Vitória (incluindo o Contorno de Vitória)
- BR-381-MG: Adequação de capacidade e duplicação Belo Horizonte - Governador Valadares, incluindo o Contorno de Belo Horizonte - Subtrecho Betim-Ravena (em pista dupla)
- BR-153-365-MG: duplicação divisa GO-MG - Trevão - Uberlândia
- BR-040-MG: duplicação trevo de Curvelo - Sete Lagoas
- BR-050-MG: conclusão da duplicação Uberaba-Uberlândia e duplicação Uberlândia-Araguari
- BR-262-MG: duplicação Betim-Nova Serrana
- BR-265-MG: pavimentação Ilicínea - São Sebastião do Paraíso
- Rodoanel de São Paulo-SP - trecho sul
- Adequação da linha férrea no perímetro urbano de Barra Mansa-RJ e construção de pátio
- Construção do contorno ferroviário de Araraquara-SP
- Ferroanel de São Paulo - tramo Norte - SP – MRS-Privado (REFC)
- Construção das avenidas perimetrais do Porto de Santos - Margem Direita (Santos-SP) e Margem Esquerda (Guarujá-SP)
- Dragagem de aprofundamento no canal de acesso, bacia de evolução e junto ao cais do Porto de Santos-SP
- Derrocagem junto ao canal de acesso ao Porto de Santos-SP
- Contenção do cais do Porto de Vitória-ES

SUL

- BR-101-SUL (SC-RS): duplicação Palhoça-SC - Osório-RS
- BR-116-RS: programa via expressa (Região Metropolitana de Porto Alegre)-RS
- BR-386-RS: duplicação Tabaí – Estrela-RS
- BR-392-RS: duplicação Pelotas-Rio Grande, inclusive Contorno de Pelotas-RS
- BR-158-RS: pavimentação Santa Maria-Rosário do Sul-RS
- BR-470-SC: duplicação Navegantes-Blumenau - entroncamento acesso Timbó-SC
- BR-280-SC: duplicação São Francisco do Sul-Jaraguá do Sul-SC
- BR-282-SC: pavimentação Lajes-Campos Novos-São Miguel-Paraíso-SC
- BR-153-PR: pavimentação Ventania-Alto do Amparo-PR
- Construção da segunda ponte internacional sobre o Rio Paraná - Foz do Iguaçu-PR
- BR-116-PR: adequação do contorno leste de Curitiba-PR
- Construção do contorno de São Francisco do Sul-SC
- Construção do contorno de Joinville-SC
- Ampliação da capacidade do corredor ferroviário do oeste do Paraná – ALL - Privado
- Ampliação dos molhes e dragagem de aprofundamento do Porto de Rio Grande-RS
- Construção e recuperação de berços do Porto de Paranaguá-PR
- Construção e recuperação de berços do Porto de São Francisco do Sul-SC
- Construção da via expressa portuária do Porto de Itajaí-SC

Tabela 16

Projetos especiais em infra-estrutura logística

Investimento total: R$ 28,4 bilhões

RODOVIAS
• Conservação de 52.000km de rodovias - R$ 1,7 bilhão
• Manutenção e recuperação de rodovias - R$ 8,0 bilhões
• Estudos e projetos para 14.500km de rodovias - R$ 1,0 bilhão
• Controle de peso - implantação e operação de 206 postos - R$ 666 milhões
• Sistema de segurança de rodovias - R$ 1,1 bilhão
• Sinalização de 52.000km de rodovias - R$ 470 milhões
Concessão de rodovias - R$ 3,8 bilhões:
• BR-153: divisa MG/SP– divisa SP/PR – 321,6km
• BR-116: Curitiba – divisa SC/RS – 412,7km
• BR-393: divisa MG/RJ – Entr. BR-116 (Via Dutra) – 200,4km
• BR-101: divisa ES/RJ – Ponte Rio-Niterói – 320,1km
• BR-381: Belo Horizonte – São Paulo – 562,1km
• BR-116: São Paulo – Curitiba – 401,6km
• BR-116-376-101: Curitiba – Florianópolis – 382,3km
PORTOS
• Programa de dragagem nos portos - R$ 1,1 bilhão
MARÍTIMO
• Programa de financiamento da Marinha Mercante - R$ 10,6 bilhões

Tabela 17

Previsão de investimentos em aeroportos por região (2007–2010)

Região	R$ milhões
Norte	95
Nordeste	151
Sudeste	1.801
Sul	601
Centro-Oeste	353
Total	3.001

Tabela 18

Investimentos em infra-estrutura aeroportuária por fonte de recursos (2007–2010) – (R$ milhões)

	Investimento		
Fonte	2007	2008–2010	Total
Infraero	305	664	969
Orçamento Geral da União	573	1.459	2.032
Total	878	2.123	3.001

Tabela 19

Metas de ampliação de capacidade da infra-estrutura aeroportuária (2007–2010)

Capacidade	Número de aeroportos	Atual	Acréscimo até 2010
Milhões de passageiros/ano	20	118	40,3
Mil toneladas/ano	4	100	191

Tabela 20

Projetos de infra-estrutura logística (aeroportuária)

CONCLUSÃO DE OBRAS EM ANDAMENTO
• Boa Vista-RR - ampliação da capacidade para 330 mil pass/ano
• Macapá-AP - ampliação da capacidade para 700 mil pass/ano
• Fortaleza-CE - construção do terminal de cargas e da torre de controle
• Natal-RN - construção do aeroporto de São Gonçalo do Amarante
• João Pessoa-PB - ampliação da capacidade para 860 mil pass/ano
• Guarulhos-SP - implantação, adequação, ampliação e revitalização do sistema de pátios e pistas
• Congonhas-SP - 2ª etapa da reforma e modernização do terminal de passageiros e construção da torre de controle
• Santos Dumont-RJ - ampliação da capacidade para 8,5 milhões de pass/ano
• Vitória-ES - ampliação da capacidade para 2,1 milhões de pass/ano
• Goiânia-GO - ampliação da capacidade para 2,1 milhões de pass/ano
NOVAS OBRAS
• Parnaíba-PI - ampliação e reforço de pátio e pista
• Recife-PE - construção de quatro pontes de embarque
• Salvador-BA - readequação do acesso ao aeroporto
• Vitória-ES - construção do novo terminal de cargas
• Confins-MG - ampliação do estacionamento de veículos em mais 700 vagas
• Guarulhos-SP - ampliação da capacidade para mais 12 milhões de pass/ano
• Tom Jobim-RJ - recuperação e revitalização dos sistemas de pistas e terminal de cargas
• Curitiba-PR - ampliação da pista de pouso e ampliação do terminal de cargas em mais 5.000m²
• Florianópolis-SC - ampliação da capacidade para 2,7 milhões de pass/ano
• Porto Alegre-RS - implantação do novo complexo logístico do aeroporto e ampliação da pista de pouso e decolagem
• Cuiabá-MT - complementação da reforma do terminal de passageiros
• Brasília-DF - ampliação da capacidade para 11 milhões de pass/ano

Tabela 21

Previsão de investimentos em infra-estrutura de energia por setor

Programas	Investimentos (R$ bilhões)			
	2007	2008-2010	Total	Após 2010
Geração de energia elétrica	11,5	54,4	65,9	20,7
Transmissão de energia elétrica	4,3	8,2	12,5	3,4
Petróleo e gás natural	35,9	143,1	179,0	138,1
Combustíveis renováveis	3,3	14,1	17,4	27,0
Total	55,0	219,8	274,8	189,2

Tabela 22

Previsão de investimento em infra-estrutura de energia por região (2007–2010) – (R$ bilhões)

Região	Investimento total 2007–2010	Região	Investimento total 2007–2010
Norte	32,7	Centro-Oeste	11,6
Nordeste	29,3	Projetos nacionais	101,7
Sudeste	80,8	Total	274,8
Sul	18,7		

Inclui geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás e combustíveis renováveis.

Tabela 23

Instrumentos públicos de incentivo ao investimento privado em infra-estrutura de energia

Programas	Instrumentos
Geração de energia elétrica Transmissão de energia elétrica	**Financiamento** • *Aumento do prazo limite: 14 para 20 anos* • *Mínimo, em termos reais, de 70% do investimento será financiado* • *Redução do índice de cobertura da dívida de 1,3 para 1,2* • *Aumento da carência de seis para 12 meses, de acordo com a necessidade do projeto* • *Isonomia entre autoprodutores e PIEs*
Combustíveis renováveis	**Parcerias com o setor privado** **Financiamento público**
Petróleo e gás natural	**Orçamento Petrobras** **Parcerias da Petrobras – Setor privado** **Concessões privadas**

Tabela 24

Metas de geração e transmissão de energia elétrica

	Até 2010	Após 2010
Geração MW	12.368	27.420
Transmissão km	13.826	5.257

Projetos de infra-estrutura de energia elétrica por região

Siglas utilizadas:

UHE (Usina Hidrelétrica)

PCH (Pequena Central Hidrelétrica)

Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica)

LT (Linha de Transmissão)

Norte

Tabela 25

Geração

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	24.368	10.541
Potência MW	1.664	15.685

Tabela 26a

Usinas em implantação

- UHE Estreito - Rio Tocantins - 1.087MW - operação em 2010
- UHE São Salvador - Rio Tocantins - 243MW - operação em 2009
- UHE Rondon II - Rio Comemoração - 73,5MW - operação em 2008
- Proinfa - 6 PCHs - 102MW

Tabela 26b

Usinas previstas

- UHE Santo Antônio - Rio Madeira - 3.150MW
- UHE Jirau - Rio Madeira - 3.300MW
- UHE Belo Monte - Rio Xingu - 5.681MW
- UHE Serra Quebrada - Rio Tocantins - 1.328MW
- UHE Tupiratins - Rio Tocantins - 620MW
- UHE Tocantins - Rio Tocantins - 480MW
- UHE Novo Acordo - Rio do Sono - 160MW

Tabela 27

Transmissão

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	5.420	466
Linhas de transmissão km	4.721	613

Tabela 28

Linhas de transmissão

- Interligação AC/RO I: sistema isolado AC/RO e Sistema Interligado Nacional (Porto Velho-RO a Jauru-MT)
- Conexão das Usinas do Madeira: Porto Velho-RO a Araraquara-SP
- Interligação Norte-Sul III: sub-sistemas N/SE (Marabá-PA a Serra da Mesa-GO)
- Interligação Tucuruí - Manaus - Macapá: em estudo - Tucuruí-PA a Manaus-AM e Tucuruí-PA a Macapá-AP LT Tucuruí

Nordeste

Tabela 29

Geração

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	11.148	2.413
Potência MW	2.036	4.004

Tabela 30a

Usinas em implantação

- UTE Vale do Açu - 340MW - operação em 2008
- UTE Camaçarí Muricy I - 148MW operação em 2009
- UTE Camaçari Pólo de Apoio 148MW - operação em 2009
- 5 UTEs - 582MW - operação até 2010
- Proinfa - 3 PCHs, 35 centrais eólicas e 2 UTEs a biomassa - 818MW

Tabela 30b

Usinas previstas

- UHE Riacho Seco - Rio São Francisco - 240MW
- UHE Pedra Branca - Rio São Francisco - 320MW
- 5 UHEs - 612MW
- UTE Biomassa - 250MW (indicativo)
- UTE Gás Natural - 2.550MW (indicativo)

Tabela 31

Transmissão

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	1.549	353
Linhas de transmissão km	2.276	975

Tabela 32

Linhas de transmissão

- LT Balsas - Ribeiro Gonçalves - MA-PI
- LT Colinas - Coremas - TO-PB (Colinas – Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí – Milagres – Coremas)
- LT Açailândia - Miranda – MA (Açailândia – Presidente Dutra – Miranda)
- LT Banabuíu - Mossoró - CE-RN
- LT Xingó - Angelim - PE-AL
- LT Jardim - Penedo - SE-AL
- LT Ibicoara - Brumado II - BA
- LT Funil - Itapebi - BA
- LT Paraíso - Açu II - RN
- LT Picos - Milagres - PI-CE (Picos – Tauá – Milagres)

Centro-Oeste

Tabela 33

Geração

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	6.535	1.678
Potência MW	1.827	1.811

Tabela 34a

Usinas em implantação

- UHE Dardanelos - Rio Aripuanã - 261MW - operação em 2010
- UHE Serra do Facão - Rio São Marcos - 213MW - operação em 2010
- Ampliação da UTE Três Lagoas - 110MW - operação em 2008
- 8 UHEs, 2 PCHs e 2 UTEs - 835MW - operação até 2010
- Proinfa - 19 PCHs e 1 UTE a biomassa - 408MW

Tabela 34b

Usinas previstas

- UHE Água Limpa - Rio das Mortes - 320MW
- UHE Torixoréu - Rio Araguaia - 408MW
- 8 UHEs - 829MW
- Proinfa: 20 PCHs

Tabela 35

Transmissão

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	1.818	1.109
Linhas de transmissão km	1.851	2.457

Tabela 36

Linhas de transmissão

- LT Juína – Jauru - MT (Juína – Maggi – Jauru)
- LT Maggi – Sinop - MT (Maggi – Nova Mutum – Sorriso – Sinop)
- LT Jauru – Cuiabá - MT
- LT Vilhena – Jauru – RO-MT
- LT Peixe II – Luziânia - TO-GO (Peixe II – Serra da Mesa II – Luziânia)

Sudeste

Tabela 37

Geração

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	13.475	3.802
Potência MW	2.387	3.740

Tabela 38a

Usinas em implantação

- UHE Simplício - Rio Paraíba do Sul - 306MW - operação em 2010
- UHE Baguarí - Rio Doce - 140MW - operação em 2009
- UHE Retiro Baixo - Rio Paraopeba - 82MW - operação em 2009
- UTE Cubatão - 250MW - operação em 2008
- 2 UHEs (Baú I e Barra do Braúna), 4 PCHs e 7 UTEs - 1.903MW - operação até 2010
- Proinfa - 15 PCHs, 2 centrais eólicas e 3 UTEs a biomassa - 780MW

Tabela 38b

Usinas previstas

- 4 UHEs - 251MW
- UTEs - 1.350MW (indicativo)
- UTE Biomassa - 1.300MW (indicativo)

Tabela 39

Transmissão

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	2.680	1.448
Linhas de transmissão km	2.900	1.213

Tabela 40

Linhas de transmissão

- LT Paracatu 4 – Pirapora 2 - MG
- LT São Simão - Poços de Caldas - MG-SP (São Simão – Marimbondo – Ribeirão Preto – Poços de Caldas)
- LT Luziânia - Ribeirão Preto - GO-SP (Luziânia – Paracatu 4 – Emborcação – Nova Ponte – Estreito – Ribeirão Preto)
- LT Itumbiara – Bom Despacho - MG (Itumbiara – Nova Ponte – São Gotardo 2 – Bom Despacho 3)
- LT Irapé - Araçuaí - MG
- LT Mascarenhas – Verona - MG
- LT Campos - Macaé - RJ
- LT Itutinga - Juiz de Fora - MG
- LT Neves - Mesquita - MG
- LT Araraquara - Nova Iguaçu - SP-RJ (Araraquara – Atibaia – Nova Iguaçu)

Sul

Tabela 41

Geração

	Até 2010	Após 2010
Investimento R$ milhões	10.421	2.287
Potência MW	4.472	2.180

Tabela 42a

Usinas em implantação

- UHE Foz do Chapecó - Rio Uruguai - 855MW - operação em 2010
- UHE Mauá - Rio Tibagí de 361MW - operação em 2010
- UTE Candiota III - 350MW - operação em 2009
- 6 UHEs e 2 UTEs - 2.627MW - operação até 2010
- Proinfa - 11 PCHs, 11 centrais eólicas e 2 UTEs a biomassa - 522MW

Tabela 42b

Usinas previstas

- UHE São Roque – Rio Canoas – Potência: 214MW
- UHE Baixo Iguaçu – Rio Iguaçu – Potência: 340MW
- UHE Itapiranga – Rio Uruguai – Potência: 580MW
- 4 UHEs - 482MW
- UTE Carvão – 350MW (indicativo)

Tabela 43

Transmissão

	Até 2010
Investimento R$ milhões	1.052
Linhas de transmissão km	2.078

Tabela 44

Linhas de transmissão

- LT Londrina – Maringá - PR
- LT Itararé – Jaguariaíva - SP-PR
- LT Curitiba – Bateias - PR
- LT Bateias – Joinville Norte – PR-SC
- LT Videira – Machadinho – SC-RS (Videira – Campos Novos – Machadinho)
- LT Blumenau – Siderópolis - SC (Blumenau – Biguaçu – Siderópolis)
- LT Santa Cruz I – Presidente Médici – RS
- LT Cascavel Oeste – Foz do Iguaçu Norte – PR

Tabela 45

Investimentos em infra-estrutura de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis – (R$ bilhões)

Ação	Até 2010	Após 2010
Petróleo: exploração e produção	93,4	100,2
Refino, transporte e petroquímica	45,2	31,7
Gás natural	40,4	6,2
Combustíveis renováveis	17,4	27,0
Total	196,4	165,1

Tabela 46

Metas físicas – petróleo, gás e combustíveis renováveis

Ação	2010
Petróleo: exploração e produção	
Exploração – aumento de reservas	800 milhões de barris de óleo por ano
Produção – auto-suficiência	2,6 milhões de barris/dia
Refino, transporte e petroquímica	Adicional
Novas refinarias e petroquímicas	350 mil barris/dia (2012)
Refino e modernização	250 mil barris/dia de petróleo pesado processado 100 mil barris/dia na capacidade de refino
Petroleiros em construção no Brasil	42 navios contratados (15 entregues) 2 superpetroleiros contratados
HBIO	425 mil m^3/ano de óleos vegetais no refino
Gás natural	Adicional
Gás natural = plangas + outros	39,2 milhões de m^3/dia + 15,8 milhões de m^3/dia = 55 m^3/dia
GNL	20 milhões de m^3/dia (2008)
Gasodutos	4.526km
Combustíveis renováveis	
Biodiesel	3,3 bilhões de litros/ano, 46 novas usinas
Etanol	23,3 bilhões de litros/ano, 77 novas usinas
Alcoolduto/Poliduto	1.150km de dutos

Tabela 47

Previsão de investimentos em infra-estrutura social e urbana por área (2007–2010) - (R$ bilhões)

Área	2007	2008–2010	Total
Luz para todos	4,3	4,4	8,7
Saneamento	8,8	31,2	40,0
Habitação	27,5	78,8	106,3
Metrôs	0,7	2,4	3,1
Recursos hídricos	2,3	10,4	12,7
Total	43,6	127,2	170,8

OGU Fiscal: R$ 34 bilhões (sem Luz para todos)
Financiamento público (FGTS-FAT e BNDES): R$ 65,5 bilhões

Tabela 48

Previsão de investimentos em infra-estrutura social e urbana por região (2007–2010) (R$ bilhões)

Região	Total
Norte	11,9
Nordeste	43,7
Sudeste	41,8
Sul	14,3
Centro-Oeste	8,7
Nacional-SBPE	50,4
Total	170,8

SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo)

Tabela 49

Metas físicas em infra-estrutura social e urbana (2007–2010)

Programa	Atendidos
Luz para todos	5,2 milhões de pessoas
Saneamento	22,5 milhões de domicílios
Habitação	4 milhões de famílias
Habitação SBPE	600 mil famílias
Recursos hídricos	23,9 milhões de pessoas
Metrôs	609 milhões de passageiros/ano

Tabela 50

Investimentos no Luz para todos por região e fonte de recursos (2007–2010)

Região	Recursos federais (R$ bilhões)	Recursos estaduais (R$ bilhões)	Recursos privados (R$ bilhões)	Total (R$ bilhões)	Pessoas a atender (milhares)
Norte	2,10	0,30	0,30	2,7	1.620
Nordeste	3,20	0,70	0,50	4,4	2.560
Sudeste	0,60	0,10	0,10	0,8	480
Sul	0,09	0,06	0,04	0,2	125
Centro-Oeste	0,40	0,10	0,10	0,6	365
Total	6,4	1,3	1,0	8,7	5.150

Tabela 51

Metas físicas para o saneamento básico (2007–2010)

	% domicílios atendidos - 2005	Meta % 2010	Domicílios (milhões) 2007-2010	Pessoas (milhões) 2007-2010
Água	82,3	86,0	7,0	24,5
Esgoto	48,2	55,0	7,3	25,4
Lixo destinação adequada	36,0	47,0	8,9	31,1

Tabela 52

Fontes de recursos para o saneamento básico (2007–2010)

Fonte	Prioridades de investimento	Investimento
Orçamento Geral da União	Saneamento integrado em favelas e palafitas (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de grande e médio porte – inclui desenvolvimento institucional (PPI)	4
	Água, esgoto, destinação final de lixo e drenagem urbana em cidades de até 50 mil habitantes	4
	Subtotal	12
FGTS/FAT	Financiamentos a estados, municípios e companhias de saneamento	12
	Financiamento a prestadores privados e operações de mercado	8
	Subtotal	20
	Contrapartida de estados, municípios e prestadores	8
	Total	40

Tabela 53

Previsão de investimentos e metas físicas em saneamento básico por região (2007–2010)

Região	Investimento total (R$ bilhões)	Domicílios atendidos (milhões)
Norte	3,9	2,2
Nordeste	9,6	5,4
Sudeste	15,5	8,7
Sul	7,4	4,2
Centro-Oeste	3,6	2,0
Total	40,0	22,5

Tabela 54

Previsão de investimentos em habitação por programa e região (2007–2010)

Região	Moradia (R$ bilhões)	Urbanização de favelas (R$ bilhões)	Total (R$ bilhões)	Famílias atendidas (mil)
Norte	3,8	1,1	4,9	313
Nordeste	12,7	3,5	16,2	1.070
Sudeste	19,1	4,8	23,9	1.785
Sul	5,3	1,3	6,6	484
Centro-Oeste	3,4	0,9	4,3	308
Total	44,3	11,6	55,9	3.960

Inclui recursos de contrapartida de estados, municípios e pessoas físicas.

Tabela 55

Fontes de financiamento para habitação (2007–2010) – (R$ bilhões)

Fonte	2007	2008–2010	Total
Orçamento Geral da União	2,6	7,5	10,1
Financiamento setor público	1,0	3,0	4,0
Financiamento pessoas físicas	8,8	23,7	32,5
SBPE Poupança	10,5	31,5	42,0
Contrapartida*	4,6	13,1	17,7
Total	27,5	78,8	106,3

* Recursos de estados, municípios e pessoas físicas.

Tabela 56

Previsão de investimentos em transporte urbano de alta capacidade (2007–2010) – (R$ milhões)

	Investimento		
Fontes	2007	2008–2010	Total
Orçamento Geral da União	535	976	1.511
Financiamento	186	1.430	1.616
Total	721	2.406	3.127

Meta: aumento de 609 milhões de passageiros/ano.

Tabela 57

Projetos de transporte urbano de alta capacidade

Fortaleza-CE
Linha Sul: conclusão de trecho
Linha Oeste: recuperação e melhoramento de trecho
Recife-PE
Linha Sul: recuperação, duplicação e conclusão de trecho
Linha Centro: recuperação e ampliação de trecho
Salvador-BA
Linha Calçada-Paripe (Trem): recuperação e conclusão de trecho
Linha Lapa-Pirajá: conclusão de trechos
Belo Horizonte-MG
Linha I: conclusão de sinalização, modernização da frota e construção de terminal
Linha II: conclusão das desapropriações e implantação de plataforma ferroviária
São Paulo-SP
Corredor expresso de transporte coletivo urbano: conclusão do trecho Parque D. Pedro - Cidade Tiradentes

Tabela 58

Previsão de investimentos em recursos hídricos por bacia hidrográfica (2007–2010) – (R$ milhões)

	Investimento		
Programa	2007	2008–2010	Total
Revitalização de bacias (São Francisco e Parnaíba)	349	1.226	1.575
Integração da Bacia do São Francisco	837	5.721	6.558
Sistema de abastecimento de água bruta	486	852	1.338
Projetos de irrigação	593	2.594	3.187
Total	2.265	10.393	12.658

Financiamento público – R$ 980 milhões (70% do investimento privado).

Tabela 59

Previsão de investimentos em recursos hídricos por região (2007–2010)

Região	Investimento total (R$ milhões)	População atendida (milhares)
Norte	359	50
Nordeste	11.759	19.712
Sudeste	218	1.408
Sul	151	162
Centro-Oeste	171	2.552
Total	12.658	23.884

Tabela 60

Projetos de recursos hídricos por região

NORTE

Projetos de irrigação

Investimento: R$ 359 milhões

- Manuel Alves - Propertins (5.000 ha) - TO
- Sampaio (1.000ha) - TO
- São João (3.511ha) - TO

NORDESTE

Revitalização de bacias hidrográficas

Investimento: R$ 1,6 bilhão

- Bacia do São Francisco - BA, PE, AL, SE, MG
- Bacia do Parnaíba - CE, PI e MA

Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional - CE, PB, RN e PE

Investimento: R$ 6,6 bilhões

- Integração Açude Castanhão / Porto Pecém-CE
- Canal do Sertão Alagoano-AL
- Adutora do Oeste-PE
- Integração Orós/Feiticeiro-CE
- Adutora do Agreste-PE
- Adutora do Pajeú-PE
- Barragem Setúbal-MG

Oferta de água bruta - sistema de abastecimento

Investimento: R$ 640 milhões

- Maceió (Barragem e adutora Pratagy)-AL
- Barragem Palmeira dos Índios-AL
- Região do Baixo Paraíba (Adutora Acauã)-PB
- Região Noroeste Paraibano (Adutora Capivara)–PB
- Recife (Adutora Pirapama)-PE
- Região do Sudeste Piauiense (Barragem Piaus)-PI
- Região de Marcos do Piauí (Barragem e adutora Poço do Marruá)-PI
- Aracaju (Adutora São Francisco)-SE

Água tratada – Proágua nacional

Investimento: R$ 269 milhões

Sistema integrado de abastecimento de água e esgotamento sanitário

- Coqueiro Seco-AL

Continua

Continuação

Projetos de recursos hídricos por região

Sistema adutor

- Jacobina-BA
- Cafarnaum-BA
- Congo (2ª etapa)-PB
- Agrestina-PE
- Bocaina-PI
- Piaus-PI
- Alto Oeste-RN

Açude

- Missi-CE
- Riacho da Serra-CE

Projetos de irrigação

Investimento: R$ 2,7 bilhões

- Várzeas de Souza (5.100ha) -PB
- Rio Bálsamo (700ha)-AL
- Jacaré Curituba (3.150ha)-SE
- Tabuleiro de Russas - 2ª etapa (3.600ha)-CE
- Baixo Acaraú - 2ª etapa (4.140ha)-CE
- Araras Norte - 2ª etapa (1.618,56ha)-CE
- Guadalupe - 2ª etapa (10.500ha)-PI
- Tabuleiros Litorâneos - 2ª etapa (5.895ha)-PI
- Pontal (7.700ha)-PE
- Baixio de Irecê (54.000ha)-BA
- Salitre (32.000ha)-BA
- Marituba (4.800ha)-AL
- Estreito IV (5.000ha)-BA
- Uso múltiplo Canal do Xingó (10.000ha)-SE

CENTRO-OESTE

Investimento: R$ 171 milhões

Oferta de água bruta

Sistema de abastecimento

- Região Metropolitana de Goiânia (Adutora João Leite)-GO

Projetos de irrigação

- Flores de Goiás (3.000ha)-GO
- Luis Alves do Araguaia (8.148ha)-GO

Continua

Continuação

Projetos de recursos hídricos por região

SUDESTE

Investimento: R$ 218 milhões

Oferta de água bruta - sistema de abastecimento

- Região do baixo Rio Pardo (Barragem Berizal)-MG
- Barragem do Peão-MG (uso múltiplo)

Proágua nacional

- Sistema de abastecimento de água nos municípios de Janaúba, Mato Verde e Rio Pardo de Minas - Sistema Norte-MG

Projetos de irrigação

- Uso múltiplo - Jequitaí-MG
- Uso múltiplo - Barragens-MG
- Jaíba III - IV – MG

SUL

Investimento: R$ 189 milhões

Barragens

- Arroio Taquarembó na Bacia do Rio Santa Maria-RS
- Arroio Jaguari na Bacia do Rio Santa Maria-RS
- Rio do Salto-SC

Anexo IV

Legislação do Programa de Aceleração do Crescimento

A seguir, a relação das proposições legais referentes ao PAC, sendo algumas delas anteriores ao programa (inclusive uma aprovada e sancionada), mas que nele foram incluídas.

Medidas provisórias

340/06: Corrige a tabela do Imposto de Renda

346/07: Abre crédito extraordinário para a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e da Franave

347/07: Capitaliza a Caixa Econômica Federal para elevar empréstimos sociais

348/07: Cria Fundo para Investimento em Infra-Estrutura

349/07: Destina R$ 5 bilhões do FGTS para infra-estrutura

350/07: Permite antecipação da compra de imóvel arrendado

351/07: Beneficia investimentos em infra-estrutura

352/07: Incentiva produção de dispositivos eletrônicos

353/07: Cria 157 cargos comissionados para extinguir RFFSA

Projetos de lei complementar

PLP 388/07: Propõe ações de cooperação na área ambiental

PLP 1/07: Limita gasto com pessoal nos três poderes

Projetos de lei

PL 3337/04: Dispõe sobre a gestão e e controle social das agências reguladoras

PL 5877/05: Altera a Lei de Defesa da Concorrência

PL 6673/06: Regula a movimentação e a comercialização do gás (Lei do Gás)

PL 7709/07: Altera a Lei de Licitações

PL 1/07: Fixa diretrizes para valorização do salário mínimo

Projeto de lei do Congresso

PLN 1/07: Altera LDO para aumentar investimentos

Projeto aprovado e já sancionado

PL 6272/05: Criou a Super-Receita, unificando as secretarias de Receita Federal e de Receita Previdenciária

Projeto do Senado

PLS 261/05: Altera as leis 8.212 e 8.213, que criaram os planos de custeio e de benefícios da Previdência Social

Obs.1: Até 19/4/2007, seis das nove medidas provisórias propostas pelo Poder Executivo haviam sido aprovadas pela Câmara dos Deputados.

Obs. 2: Além dessas proposições, a maioria ainda em trâmite no Congresso Nacional, diversos decretos integram o PAC, que já estão em vigor.

Fonte: Câmara dos Deputados. Conheça as propostas que integram o PAC. Agência Câmara. Brasília, 31 jan. 2007. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/homeagencia/materias.html?pk=97740 > . Acesso em 19/4/2007

Bibliografia

1 - As informações sobre o Cresce Brasil foram extraídas das seguintes fontes:

Federação Nacional dos Engenheiros. Manifesto Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. VI Congresso Nacional dos Engenheiros. São Paulo, 13 a 16 set. 2006.
Disponível em: <http://www.crescebrasil.com.br/conse/pps/manifesto.pdf>. Acesso em 21 mar. 2007.

BARROS, Geraldo S. de Camargo. Agronegócio brasileiro - perspectivas, desafios e uma agenda para seu desenvolvimento. Nota técnica do seminário Soluções para a agricultura do país. Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Federação Nacional dos Engenheiros. Cuiabá, 24 jul. e Piracicaba, 31 jul. 2006.
Disponível em: <http://www.crescebrasil.com.br/seminarios/cuiaba/NotaTecnica_Cuiaba.pdf>. Acesso em 21 mar. 2007.

BRITO, Osório de. Energia. Nota técnica do seminário Um projeto energético para o país. Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Federação Nacional dos Engenheiros. Florianópolis, 24 abr. 2006.
Disponível em: <http://www.crescebrasil.com.br/seminarios/florianopolis/downloads/Nota%20Tecnica%20Energia.doc>. Acesso em 21 mar. 2007.

COSTA, Darc; PADULA, Raphael. Infra-estrutura de transportes. Nota técnica do seminário Comunicações e transportes. Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Federação Nacional dos Engenheiros. Belém, 22 mai. 2006
Disponível em: <http://www.crescebrasil.com.br/seminarios/belem/downloads/Nota%20Tecnica%20TRANSPORTES.doc >. Acesso em 21 mar. 2007.

DANTAS, Marcos. As comunicações a caminho da convergência digital – um estudo sobre a evolução recente das (tele)comunicações brasileiras e sua agenda futura. Nota técnica do seminário Comunicações e transportes. Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Federação Nacional dos Engenheiros. Belém, 22 mai. 2006.
Disponível em: <http://www.crescebrasil.com.br/seminarios/belem/downloads/Nota%20Tecnica%20Comunicacoes.pdf >. Acesso em 21 mar. 2007.

LEITE, Luiz Edmundo H. B. da Costa. Meio ambiente, recursos hídricos e saneamento. Nota técnica do seminário Recursos hídricos, saneamento e meio ambiente. Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Federação Nacional dos Engenheiros. São Luís, 19 mai. 2006 e Teresina, 29 jun. 2006.

Disponível em <http://www.crescebrasil.com.br/seminarios/sao_luis/downloads/Nota%20Tecnica%20Recursos%20Hidricos%20Saneamento%20e%20Meio%20Ambiente.doc >. Acesso em 21 mar. 2007.

PINTO, Marco Aurélio Cabral. Ciência, tecnologia e engenharia. Nota técnica do seminário Uma proposta de C&T para o país. Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Federação Nacional dos Engenheiros. Brasília, 04 mai. 2006.
Disponível em: <http://www.crescebrasil.com.br/seminarios/brasilia/downloads/Nota%20Tecnica%20Ciencia&Tecnologia.doc >. Acesso em 21 mar. 2007.

RIBEIRO, Marcio de Queiroz. Transportes urbanos de passageiros municipais e intermunicipais. Nota técnica do seminário Sistema viário e transporte intermunicipal. Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento. Federação Nacional dos Engenheiros. Rio de Janeiro, 17 jul. 2006
Disponível em : <http://www.crescebrasil.com.br/seminarios/rio_de_janeiro/downloads/Nota%20Técnica%20Sistema%20Viario.pdf>. Acesso em 21 mar. 2007.

2 – As informações sobre o PAC foram extraídas das seguintes fontes:

Governo Federal. Programa de Aceleração do Crescimento - 2007-2010 - Romper barreiras e superar limites - Investimento em Infra-Estrutura. Presidência da República, Brasília, 22 jan. 2007.
Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/>. Acesso em 21 mar. 2007.
Governo Federal. Programa de Aceleração do Crescimento. Material para a imprensa. Secretaria de Imprensa e Porta-Voz da Presidência da República, Palácio do Planalto, Brasília, 22 jan. 2007.
Disponível em: <http://www.estadao.com.br/ext/economia/pac_internet.pdf>.
Acesso em 21 mar. 2007.

3 – Outras principais fontes consultadas

Governo Federal. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Programa de Aceleração do Crescimento
Disponível em: < http://www.brasil.gov.br/pac/>. Acessos em 18-19 abr. 2007

Governo Federal. Câmara dos Deputados. Diversos documentos referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento
Disponível em: < http://www2.camara.gov.br/plonesearch?SearchableText=PAC> Acessos em 18-19 abr. 2007

Diap – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Diversos documentos sobre a tramitação das proposições legais referentes ao Programa de Aceleração do Crescimento.
Disponível em: http://www.diap.org.br. Acessos em 18-19 abr. 2007

Diretoria triênio 2007-2010

Presidente
Murilo Celso de Campos Pinheiro

Vice-presidente
Maria de Fátima Ribeiro Có

Tesoureiro
Carlos Bastos Abraham

Secretário
Antônio Florentino de Souza Filho

Diretor de Planejamento e Relações Internas
Augusto César de Freitas Barros

Diretor de Relações Interinstitucionais
Antônio Noé Carvalho de Farias

Diretor Operacional
Flávio José A. de Oliveira Brízida

Diretores regionais
Marcílio Vital de Paula (Norte)
José Ailton Ferreira Pacheco (Nordeste)
Cláudio Henrique Bezerra Azevedo (Centro-Oeste)
Clarice Maria de Aquino Soraggi (Sudeste)
José Carlos Ferreira Rauen (Sul)

Conselheiros fiscais efetivos
Luiz Benedito de Lima Neto
Agenor Aguiar Teixeira Jaguar
Arthur Chinzarian

Conselheiros fiscais suplentes
Francisco Regis Carneiro de Andrade
Manoel Ferreira da Conceição Neto

Representantes na Confederação
José Luiz Lins dos Santos
Sebastião Aguiar da Fonseca Dias

Sindicatos filiados

Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins

Expediente

Coordenação geral
Murilo Celso de Campos Pinheiro

Coordenação técnica
Allen Habert
Fernando Palmezan Neto

Consultoria sindical
João Guilherme Vargas Netto

Elaboração
Marta Rúbia de Rezende

Edição
Rita Casaro

Revisão
Soraya Misleh
Rita Casaro

Diagramação e capa
Eliel Almeida

Apoio
Fábio Souza
Lourdes Silva
Lucélia Barbosa

Fotos
SXC
Folhapress

Fotolitos e impressão
Bangraf

Tiragem
2.000 exemplares

SDS Edifício Eldorado, salas 106/109
CEP: 70392-901 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3225-2288
E-mail: imprensa@fne.org.br

w w w . f n e . o r g . b r